



**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS  
MESTRADO PROFISSIONAL  
PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**PALOMA PAULA PAULINO MELO**

**PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRANSGÊNEROS NAS ESCOLAS:  
Narrativas de uma professora transgênero**

**SANTOS  
2023**

**PALOMA PAULA PAULINO MELO**

**PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRANSGÊNEROS NAS ESCOLAS:  
Narrativas de uma professora transgênero**

Dissertação de Mestrado apresentado à Banca Examinadora da Universidade Metropolitana de Santos, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Práticas Docentes no Ensino Fundamental.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariangela Camba

**Co-orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula  
Gonçalves Pita

**SANTOS  
2023**

M528g MELLO,Paloma

Permanência de estudantes transgêneros nas escolas: Narrativa de uma professora transgênero/  
Paloma, Melo. – Santos, 2023.

40f.

Orientador:Profª. Dra Mariângela Camba

Coorientador: ProfªDra Ana Paula Gonçalves Pita

Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissional), Universidade Metropolitana de Santos, Práticas Docentes no Ensino  
Fundamental, 2023.

Vanessa Laurentina Maia  
Crb8 71/97  
Bibliotecária Unimes

A dissertação de mestrado intitulada “Permanência de Estudantes Transgêneros nas Escolas: Narrativas de uma professora transgênero” e o produto “Guia para professores: Respeito as identidades transgêneras nas escolas”, elaborados por Paloma Paula Paulino Melo, foram defendidos em 13/12/2023, perante banca examinadora composta por:

---

Profº Dr. Denner Dias Barros  
Universidade de São Paulo (USP)

---

Profª Dra. Elisete Nasario  
Universidade Metropolitana de Santos

---

Profº Dr. Michel Costa Universidade Metropolitana de Santos  
Professor Suplente

---

Profª Dra. Ana Paula Gonçalves Pita Professor Suplente  
Professora Co-orientadora

---

Profª Dra. Mariangela Camba  
Professora Orientadora

---

Profº Dr. Gerson Tenório dos Santos  
Professor Coordenador do Programa de Mestrado

**Programa:** Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental

**Área de Concentração:** Práticas Docentes no Ensino Fundamental

**Linha de Pesquisa:** Gestão da Educação no Ensino Fundamental - Políticas Educacionais, Currículo, Avaliação e Formação Docente, focada na Gestão da Educação no Ensino Fundamental

## RESUMO

Este estudo buscou compreender a inserção de estudantes transgêneros no cenário educacional, e os aspectos conservadores rígidos e heteronormativos presentes no currículo oculto na educação brasileira, problematizando os limites psicossociais das instituições escolares para compreender estudantes que não se identificam com o gênero considerado “normal”, pelas ultrapassadas teorias ancoradas na contemporaneidade. De caráter bibliográfico, esta pesquisa teve como objetivo geral: investigar as dificuldades que impedem a permanência de transgêneros nos espaços escolares; o que se deu a partir das contribuições da narrativa da própria pesquisadora. Como objetivos específicos, buscou-se analisar a vivência crítica sobre o tema, colaborar com a formação do corpo docente para compreender o universo transgênero, desenvolver práticas pedagógicas que incluam pessoas transgêneras e contribuir com a seleção de materiais para uma gestão escolar capaz de acolher esses estudantes. Visando a compreender os enfrentamentos das pessoas transgêneros, transexuais e travestis no ambiente escolar e seus impactos psicológicos e sociais, a pesquisa percorreu os seguintes referenciais teóricos: Louro (1997, 2000, 2001, 2003, 2004 e 2010), Bento (2006, 2008, 2011, 2012 e 2017), Butler (1990, 2003 e 2015), Foucault (2004, 2008 e 2009) e Jesus (2012) dentre outros, além dos estudos sobre a evasão escolar. A pesquisa constatou que os estudantes transgêneros na Educação Básica e no Ensino Superior permanecem historicamente como grupo social excluído e exposto às mais diversas formas de violência. Por isso, as considerações finais afirmam a importância da realização de estudos e da implementação de políticas públicas voltadas às pessoas transgêneras, a fim de combater a transfobia nos espaços escolares. Diante da relevância do estudo optou-se por elaborar um produto educacional do quadro encontrado: Guia para Professores “Respeito às Identidades Transgêneras”.

**Palavras-chave:** Educação básica; Currículo oculto; Gênero; Permanência; Transgênero.

## **ABSTRACT**

This study sought to understand the insertion of transgender students in the educational scenario, and the rigid conservative and heteronormative aspects present in the hidden curriculum in Brazilian education, problematizing the psychosocial limits of school institutions to understand students who do not identify with the gender considered “normal”, by outdated theories anchored in contemporary times. Of a bibliographic nature, this research had the general objective of investigating the difficulties that prevent transgender people from remaining in school spaces, based on the contributions of the researcher's own narrative. As specific objectives, we sought to analyze the critical experience on the topic, collaborating with the training of teaching staff to understand the transgender universe, developing pedagogical practices that include transgender people and contribute to the selection of materials for school management capable of welcoming those students. Aiming to understand the confrontations of transgender, transsexual and transvestite people in the school environment and their psychological and social impacts, the research covered the following theoretical references: Louro (1997, 2000, 2001, 2003, 2004 and 2010), Bento (2006, 2008 , 2011, 2012 and 2017), Butler (1990, 2003 and 2015), Foucault (2004, 2008 and 2009) and Jesus (2012) among others, in addition to studies on school dropout. The research has found that transgender students in Basic Education and Higher Education historically remain an excluded social group and exposed to the most diverse forms of violence. Therefore, the final considerations affirm the importance of carrying out studies and implementing public policies aimed at transgender people, in order to struggle against transphobia in school spaces. Given the relevance of the study, it was decided to develop an educational product based on the framework: Teacher's Guide 'Respect for Transgender Identities'.

**Keywords:** Basic education; Hidden CV; Gender; Permanence; Transgender

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ANEB</b>	Avaliação Nacional da Educação Básica
<b>ANTRA</b>	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
<b>ABGLT</b>	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CAPS</b>	Centros de Atenção Psicossocial
<b>CEFAM</b>	Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério
<b>CID</b>	Classificação Internacional de Doenças
<b>CNDC/LG</b>	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CONGENI</b>	Congresso Internacional sobre Identidade de Género y Derechos
<b>DCNEB</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
<b>DSM</b>	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
<b>GLS</b>	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
<b>IES</b>	Instituto de Educação Superior
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases
<b>LGBT</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais
<b>LGBTQIA</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais,
<b>LGBTT</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>TIG</b>	Transtorno de Identidade de Género

## AGRADECIMENTOS

Venci essa honrosa trajetória, na qual eu nunca estive só. Contei com as presenças das minhas amadas, avó Irene Vieira e minha mãe Maria Carmem, e do meu amado pai Irênio Paulino, estivador e marinheiro de terra que não pôde terminar os seus estudos, mas sempre me incentivou a estudar tudo que fosse possível. Com a onipresença de Jesus e Maria, vigiando-me e abençoando-me mesmo nos momentos de dificuldade e pouca fé, sou feliz por sempre ter recebido o amor incondicional e apoio daqueles que me cercaram: familiares, amigos e professores, aos quais serei eternamente grata.

Também, tenho gratidão à Marcia Atik, minha psicóloga de muitos anos, à psicóloga Marlene Inácio, a Dra. Dorina Epps, Dra. Berenice Mendonça, Dra. Elaine Frade e o saudoso Dr. Jalma Jurado pela condução na medicina e ciência de todo processo transexualizador que trouxe contribuições para os dias atuais. Esses profissionais visionários se dispuseram, numa época tão incompreensível a trabalhar com esses corpos violados e recusados na medicina, compreenderam e encorajaram pessoas transexuais como Eu e salvaram vidas.

Agradeço imensamente às professoras Mariângela Camba e Ana Paula Pita, orientadoras deste trabalho, pela compreensão, sensibilidade e contribuições feitas nas etapas de construção desta pesquisa. Além da banca docente por aceitar ao meu convite para o meu exame científico. Sentimentos sinceros que estendo aos meus amigos e amigas, em especial a quem pude conhecer e conviver na faculdade e que estiveram comigo durante o curso, como o querido Bruno e a Ariella. Sou grata pela companhia e por trazerem leveza e alegria nesta caminhada. Por fim, compartilho essa vitória com todos os meus mestres e mestras, que me ensinaram a soletrar aos que me disseram de alguma forma que eu poderia ir e seguir a minha trajetória educacional, profissionais que muito contribuíram com a minha formação de vida e profissional, em especiais professoras Kátia, Suzete, Neuza e tantas outras que marcaram minha trajetória.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1. INTRODUÇÃO	10
2. ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO CAMPO DA PESQUISA	15
2.1 ELEMENTOS DE PESQUISA CIENTÍFICA	17
2.2 IDEOLOGIA DE GÊNERO E RESISTÊNCIA NOS PROCESSOS EDUCACIONAIS	21
2.3 INTERFERÊNCIAS BINÁRIAS EXTERNAS À ESCOLA	24
2.4 DESAFIOS PARA ESTUDANTES TRANSGÊNEROS	26
3. INCLUSÃO E PERMANÊNCIA	28
3.1 O <i>BULLYING</i> NO AMBIENTE ESCOLAR E A QUESTÃO DA TRANSFOBIA PARA A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRANSGÊNEROS	31
4. TRANSGENERIDADE NOS ESPAÇOS ESCOLARES: REFERÊNCIAS TEÓRICAS SOBRE A PERMANÊNCIA	33
5 NARRATIVAS SOBRE O OLHAR DE UMA PROFESSORA TRANSEXUAL	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXO	61
APÊNDICE I	64
APÊNDICE II - PRODUTO EDUCACIONAL	65

## APRESENTAÇÃO

Apesar desta seção não ser obrigatória em uma dissertação de mestrado, a considero importante para ressaltar a perspectiva deste trabalho intitulado *PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRANSGÊNEROS NAS ESCOLAS: Narrativas de uma professora transgênero*. Isso se deve, pois fica evidente o meu posto assumido no lugar de fala<sup>1</sup>. Sou uma professora, mulher transexual e uma pessoa que traz consigo as vivências de uma aluna transgênero. Contudo, apesar do meu lugar social entrelaçado por esta temática, tenho a consciência sobre a importância da cientificidade neste trabalho, não havendo qualquer interesse em desenvolver um estudo que possa ser auto narrativo ou biográfico. Desta maneira, a pesquisa aqui registrada apresenta a valorização da metodologia científica, com todo o empenho para cumprir os rigores necessários para uma dissertação de mestrado.

Devo reiterar que a minha carreira científica foi iniciada em dois momentos, um como estudante no Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), e outro acadêmico ao ingressar na Universidade no Curso de Psicologia no ano de 2000. No primeiro, trabalhei com estudantes em situação de marginalidade, momento que despertou o meu interesse pelas questões relativas ao baixo rendimento escolar, principalmente às relativas ao perfil sócio emocional ignoradas pelo sistema positivista. Já no segundo, na universidade, participei de um programa de estágios e projetos com jovens para inferir sobre intercorrências de comportamentos relativos aos casos de agressividade no histórico familiar. Também, neste trabalho, o perfil dessas pessoas correspondia às situações sócio econômicas vulneráveis e afetivas.

Entendo que a paridade desses ofícios favoreceu a minha reflexão sobre a importância do pensamento pedagógico para a educação de qualidade, principalmente em contextos de vulnerabilidade. Bem como a compreensão sobre a importância do trabalho científico para a transformação da sociedade. Sendo hoje a minha energia motriz para a jornada científica-acadêmica destinada à construção social.

---

<sup>1</sup> Este termo tornou-se conhecido no Brasil após a definição da autora Djamila Ribeiro. O conceito remete ao local de fala do enunciador devido à sua própria realidade social, financeira e pessoal ao proferir um discurso sobre um determinado tema relativo à vivência.

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa científica considerou o meu lugar no campo de fala, abarcando a apresentação das minhas vivências pessoais como filha de um estivador e uma culinária artesã que não terminaram os seus estudos devido às difíceis condições de vida e a infâncias desafiadoras. Nascida em Santos (SP), sempre fui incentivada a ler, o meu pai comprava livros de coleções vendidos em bancas de jornal do bairro. Lembro de um livro chamado *Borboletas*, era de capa verde e tinha uma borboleta colorida, contava história de uma minhoca e sua metamorfose até se transformar em borboleta. Eu aprendi a ler com esse livro, e a borboleta com a sua metamorfose me remete à minha própria história como criança transgênero.

Desde a pouca idade, vivenciei o preconceito nos espaços escolares por apresentar um comportamento diferente da maioria dos alunos, a delicadeza dos meus gestos, o tom da minha fala, a timidez e as preferências por brinquedos do gênero feminino me apontavam como uma criança diferente. Meu pai diante de uma vivência agressiva e um trabalho machista, encorpado de brutalidade de um marinho de terra na estiva, reprimia-me e a agressividade incompreensiva burlava e apagava um pai dedicado aos estudos de seus filhos.

Na Educação Infantil pré-escolar, a minha mãe me matriculou em numa escola pública do bairro, e eu era da classe rosa, o que causou grande alegria por minha parte e uma desavença familiar. Minha mãe comprou toalhas rosas e bordou de azul, sem imaginar cores da bandeira transexual. Meu pai queria a transferência de sala e a proibição do uso desse material colorido para um menino de cinco anos. Ali eu já sabia que era diferente e meus gostos eram direcionadas para gênero feminino, assim como meu pensamento. Nesse período, já recebi o primeiro xingamento e o amor tão lindo e inesquecível da minha professora Susete, tia Susete.

A transgeneridade na infância traz uma ruptura da ludicidade e da vivência que deveria ser tão livre como o brincar. Mas o determinismo biológico e os papéis que determinam o gênero constroem a liberdade na primeira infância e assustam o imaginário infantil, suas respostas por violar sem saber as regras da binaridade e na orientação sexual inata e não compreendida até os dias atuais, podem trazer marcas na memória afetiva.

Na adolescência, estudando no Ensino Fundamental, a agressividade e a violência por ser uma criança adolescente transgênero me fizeram desistir dos estudos, era traumatizante pensar em frequentar a escola, passar na rua e escutar todos os xingamentos e permanecer na

sala de aula como estudante diante de brincadeiras depreciativas, não foi fácil. Desisti dos estudos e retornei na Educação de Jovens e Adultos, com dezesseis anos. O incentivo do meu pai em me ofertar livros na primeira infância foram fundamentais nesse momento de retorno. Eu já usava o nome social e já me identificada como sempre fui. A transição aconteceu naturalmente e diante das turbulências de incompreensões o retorno aos estudos era uma cápsula de ânimo e esperança.

Durante a minha pré-adolescência e adolescência não compreendia o porquê a minha sexualidade era incômoda para as escolas que passei. Durante minha formação acadêmica, incomodou-me a incompreensão e o preconceito, a ausência de diálogo sobre a minha presença e resistência dentro da Instituição Escola, desta forma, interessei-me em investigar as estratégias do silenciamento da Escola Pública para crianças exclusas e a exclusão social de estudantes marginalizados, pois, nesse contexto histórico, não era permitido dialogar sobre gênero e diversidade. Por esse motivo, meu trabalho incluía um grupo com os minoritários.

A partir dessa inquietude tive contato com as teorias da sexualidade de Michel Foucault e pude perceber a construção do sexo e da sexualidade como um produto social, histórico e político, de forma a controlar os corpos dos indivíduos socialmente, excluindo qualquer outra forma de se viver e manifestar a orientação sexual fora do padrão pré-estabelecido, os diferentes eram silenciados e as diferenças subjugadas. Ao pensar sobre a proposta de pesquisar o tema relacionado aos estudantes transgêneros, enquanto professora transexual fui tomada pela inquietude de uma pesquisadora no lugar de fala e vivências sobre a transexualidade em ambiente escolar, e fui percebendo a invisibilidade de pessoas transexuais no Brasil, em todos os segmentos sociais.

Como primeira professora a ingressar em concurso público do município onde trabalho, mesmo com uma carreira sólida e respeitada, percebi que essa invisibilidade é ainda presente, tão evidente que o país ocupa a liderança de violência e morte contra pessoas transexuais e travestis, sem que essas, muitas vezes, possam concluir os seus estudos por não permanecem nas instituições escolares. A invisibilidade, seja pela imprensa, opinião pública, empregadores ou Estado, fazem com que essas populações ainda careçam de políticas públicas que garantam direitos básicos como conclusão e permanência nos estudos.

Por isso, esta pesquisa científica, intitulada *Permanência de Estudantes Transgêneros<sup>2</sup> nas Escolas*, apresenta a investigação sobre o processo educativo de estudantes transgêneros,

---

<sup>2</sup> O termo *transgênero* diz respeito à identidade de gênero autoatribuída pelo indivíduo que se percebe diferente seu sexo biológico. É importante ressaltar que este termo não se restringe apenas à oposição entre percepção identitária oposta à configuração biológica, pois inclui variações identitárias. O conceito de identidade pode ser dividido em

considerando a exclusão e a violência simbólica na esfera de gênero, influenciados pelos pares dicotômicos. Falar sobre permanência de estudantes transgêneros, travesti<sup>3</sup> e transexuais<sup>4</sup> nas escolas impacta em discutir a diversidade sexual nas escolas e as subjetividades construídas por meio das relações sociais. É constatado que muito do currículo oculto, presente no espaço escolar, contribui para a manutenção da hegemonia heteronormativa<sup>5</sup>.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional nº 9.394 (1996), no Art. 2,<sup>o</sup> promulga que a educação é dever da família e do Estado para o pleno desenvolvimento e preparo destinados à cidadania e qualificação para o trabalho. Contudo, na prática, a realidade brasileira apresenta inúmeros problemas que dificultam o acesso de determinados grupos sociais à educação. Para se ter uma ideia do contexto das pessoas transgêneros, as próprias políticas públicas não apresentam estratégias capazes de coletar dados estatísticos para a compreensão dessa população.

É importante salientar que, nesta pesquisa científica, os termos “transgênero e “estudantes trans” são usados para indicar o espectro das transgeneridades<sup>6</sup> e da diversidade identitárias presentes nessas categorias de gênero. Busca-se amparo teórico em Nery (2019) que compreende as expressões *trans* e *transgênero* pelas “diversas expressões da transgeneridade, entre elas a transexualidade, a travestilidade e a intersexualidade”, expressando a diversidade da sexualidade humana. Ainda, nesse escopo, apoia-se no *Congresso Internacional sobre Identidade de Género y Derechos Humanos* (CONGENID) que considera qualquer pessoa cuja identidade de gênero não coincide de modo exclusivo e permanente com o sexo designado no nascimento e transicional ao gênero (2010).

duas categorias *transgênero* e *cisgênero*. Jesus (2012) traz o conceito *transgênero* como guarda-chuva que abrange grupo diversificado de pessoas. Assim, *cisgênero* abrange as pessoas que se identificam com o gênero biológico determinado ao nascimento.

3 O conceito segundo Pelúcio, o termo *travesti* se refere à pessoa que foi designada homem no seu nascimento, mas se entende como uma figura feminina. Durante muito tempo, o termo era considerado pejorativo ou associado à prostituição, atualmente passou a ter peso político e identitário de resistência (Pelúcio, 2009, p. 03-04). Pelúcio (2007) optou pelo conceito *travestilidades* por englobar os variados aspectos que compõem a pluralidade desta categoria de identidade, sinalizando as multiplicidades da experiência do cotidiano das travestis.

4A *transexualidade* é uma fronteira de definições, sendo termo *transexualismo* é hegemônico do discurso médico e passou a integrar a Classificação Internacional de Doenças (CID) na sua versão mais recente, CID-10, passou a vigorar no Brasil em 1996 especificamente F64-0. Termo *Transexual* se refere à uma pessoa, por se sentir pertencente ao outro gênero, podendo manifestar o desejo de fazer uma cirurgia no seu corpo para congruência com sua identidade, (Reidel 2013, p.19).

5 O termo *heteronormatividade* se refere à imposição social para se comportar de acordo com papéis de gênero. Segundo Andrade (2012), estende ao modelo hegemônico estabelecido como tentativa de retidão e correção. De acordo com Louro (2004), “heteronormativos” sempre falam sobre os demais, construindo representações sociais que têm poderoso efeito de verdade.

6 O termo *transgeneridade* refere-se à condição na qual a expressão gênero ou identidade de gênero de uma pessoa é diferente daquelas atribuídas ao gênero de nascimento, utilizado em pesquisas para definir pessoas que estão em trânsito entre um gênero e outro. Nesse processo, há um modo de subverter os cânones da masculinidade e transcender a normatividade esperada com a transição de gênero. Preciado (2014, p. 27) defende que na travessia o sujeito trans acede uma representação de si que carrega a simbologia do poder masculino em um corpo inicialmente lido como feminino e, como tal, desprovido de poder.

Dessa maneira, esta pesquisa científica de caráter bibliográfico teve o objetivo geral de investigar as ambiguidades que dificultam os caminhos possíveis para permanência de transgêneros nos espaços escolares. E como específicos: a) verificar os estudos científicos realizados nesta temática; b) Colaborar com a capacitação do corpo docente para compreender este universo e desenvolver práticas pedagógicas que abranjam essas discussões; c) Contribuir com iniciativas e material de pesquisa para a gestão escolar sobre a inserção e a permanência desses estudantes. Ademais, foram adotadas as seguintes palavras-chave para esta investigação: Educação básica; Currículo oculto; Gênero; Permanência; Transgênero.

Inclusive, uma matéria jornalística publicada no portal Extra Classe<sup>7</sup> afirmou que existe um “apagão de dados das pessoas trans no ensino superior” no Rio Grande do Sul. Não sendo diferente nos outros estados do país, pois para o desenvolvimento desta pesquisa científica de caráter qualitativo houve dificuldades para o levantamento de dados estatísticos, capazes de sustentar uma análise também quantitativa. Neste sentido, a metodologia científica foi amparada pela revisão bibliográfica de teses e dissertações científicas, além de livros, capítulos de livros e artigos, considerando a própria trajetória desta autoria como professora-pesquisadora com vivências reais de mulher transgênero, sentidas no próprio corpo.

Com o rigor científico, a análise dos textos científicos foi realizada na busca por compreender os enfrentamentos das pessoas transgêneros, transexuais e travestis no ambiente escolar, perpassando os prejuízos psicológicos e de baixa autoestima devido às mazelas do sistema vigente. Para orientar a investigação, foram elegidos os seguintes referenciais teóricos: Louro (1997, 2000, 2001, 2003, 2004 e 2010), Bento (2006, 2008, 2011, 2012 e 2017), Butler (1990, 2003 e 2015), Foucault (2004, 2008 e 2009) e Jesus (2012) dentre outros, além dos estudos sobre a evasão escolar.

No primeiro capítulo, é apresentado o campo de estudo que a pesquisa se debruçou, ou seja, o contexto e as condições da realidade brasileira frente à problemática posta. Nesse momento, buscou-se descortinar os mecanismos de controle social e de produção e reprodução da hegemonia presentes na escola, e as obras (teses e dissertações) selecionadas para o estudo.

No segundo capítulo, dedica-se atenção ao diálogo sobre a ideologia de gênero. Além disso, a resistência nos processos educacionais trouxe teorias críticas e pós-críticas para expor

---

7 Matéria jornalística assinada por Douglas Glier, Lisandra Steffen, Tynan Barcelos e Vitória Pimentel e publicada em 13 abr. 2022.

a complexidades desta temática relativa ao controle social em detrimento da valorização da diversidade, que causa o *bullying* no ambiente escolar e promove a transfobia na sociedade.

No terceiro capítulo, é apresentado o debate teórico científico sobre a transgeneridade, transexualidade e travestilidade nos espaços escolares que, por sua vez, está diante da reprodução de sentidos padronizados, enraizando as lógicas binárias dominantes na educação. O diálogo é realizado com uma seleção de autorias diversas da acadêmica científica, contextualizado no universo contemporâneo.

No quarto capítulo, registro as minhas próprias vivências pessoais e profissionais, sob o viés metodológico científico, as ponderações alcançadas com o processo de investigação que me possibilitou o atendimento ao rigor acadêmico.

## 2. ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO CAMPO DA PESQUISA

Para abordar a *Permanência de Estudantes Transgêneros nas Escolas*, é preciso contextualizar o campo de com o qual esta pesquisa se defronta. Isso implica na teorização sobre o currículo e suas condições de aplicação, frente à ação educativa inclusiva. Ou seja, os seus desdobramentos ideológicos e a legitimação dos aspectos explícitos e implícitos. Ao apontarmos para uma investigação consciente sobre os mecanismos de controle social e de produção e reprodução da hegemonia presentes na escola, é preciso analisar estigmas e preconceitos que percorrem o currículo. Sacristán (1998), por exemplo, descreve o currículo como um recurso que modela o sistema escolar, dirigindo professores e estudantes.

Pensar em inclusão ou evasão de estudantes transgêneros se justapõe em transformá-los em atormentadores do sistema. Para Louro (2004), algumas iniciativas pontuais ou previstas em leis e códigos internos lidam com os problemas gerando a exclusão como, por exemplo, a evidente separação do uso de banheiros e o uso de uniformes normativos. A escola delimita espaço. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode ou não pode fazer. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes e dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, apontam os modelos permitidos. Na ambiência escolar, há as informações sobre a razão de existir através de suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos que dão sentido aos múltiplos sentidos, conforme Louro (1997, p. 58).

É neste contexto que se visa abordar a *Permanência de Estudantes Transgêneros nas Escolas*. É na rotina social e, em especial, na escolar que aprendemos diariamente a convivemos com as outras pessoas e a compreender as suas linguagens. As normativas curriculares apresentam uma linguagem padrão e o repertório limitante da representação de sujeitos, não dando conta da pluralidade social. Estamos diante de um conceito político ideológico que requer a maior compreensão analítica sobre a orientação de quem percorre caminhos sem referências. De acordo com Moreira (1982), estudantes precisam ser parte integrante na criação de sentido e significações enquanto sujeitos críticos. O desinteresse e a falta de motivação perpassam pelo preconceito, que exercem discriminação em relação ao gênero e à identidade de gênero. Assim, é “preciso levar em conta a prática das escolas que, organizadas de acordo com a teoria anterior, operam como um determinante da própria consciência dos agentes, opondo, portanto, uma resistência material à tentativa de transformação alimentada por uma nova teoria” (SAVIANI, 2008, p.121).

As bases do conceito de realidades ideológicas e imaginárias não habilitam os indivíduos para a elaboração crítica de sua própria história e isso se reflete no conceito de gênero. Sobre o enfoque positivista, que parte do pressuposto de a investigação não afetar a realidade investigada, Giroux (1997) faz uma crítica sobre o currículo pronto que chega às escolas e conduz a comunidade escolar. Sem discutir as relações interpessoais e trazer elementos essenciais que permeiam as relações pedagógicas, ignora a pluralidade, como a questão de gênero. De acordo com o autor:

É importante enfatizar que os professores devem assumir responsabilidade ativa pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinam, como devem ensinar, e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando. Isso significa que eles devem assumir um papel responsável na formação dos propósitos e condições de escolarização (GIROUX, 1997, p. 161).

Em outras palavras, o indivíduo não se inscreve como protagonista de uma história na qual não se reconhece, não se vê na narrativa que lhe é apresentada, portanto não age e segue aceitando as determinações alheias, principalmente nas vulnerabilidades do gênero e, assim, não permanece num sistema exclusivo. A alienação instaura um discurso dominante que exclui os sujeitos, estudantes e professores da composição de um cenário diverso e multicultural que, por conseguinte, imobiliza pensamentos e ações.

A história dissociada da realidade dos sujeitos que a moldam, paralisa e define os indivíduos excluídos, que conseqüentemente ficam inclinados a esperar por um representante que faça o que eles próprios não se consideram capazes de fazer, na medida em que não se acreditam capazes de transformar a história que os constituem. Este percurso de reflexão permite compreender o problema sobre o qual este estudo se debruça. A cartilha escolar normativa com preceitos políticos e religiosos, sem espaço para discussão de gênero parte da falta de um currículo crítico capaz de conceder espaços para as diversas vozes. Freire (1996) já tratava da importância da disposição de diálogos: “É no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo [...] na minha disponibilidade à realidade [...] se junta a certeza de que posso saber melhor o que sei e conhecer o que ainda não sei”, (FREIRE, 1996, p. 135).

O papel social da escola consiste em promover a inclusão e isso implica também sobre o contexto psicossocial do currículo escolar, que promove uma espécie de "conceito estigmatizante e estrutural" por parte de estudantes transgêneros, ou seja, o reforço do sexo biológico e a hiperflexibilização das diferenças sobre a diferença, de sua condição perante as outras pessoas. Assim, refletir sobre a superação de barreiras presentes no currículo oculto

pode auxiliar na extirpação de alguns desafios cotidianos que, para algumas pessoas podem parecer poucos, mas para quem sente na pele são muitos. Hall (2004) afirma que a política de identidade é constituída a partir do nascimento de um movimento que apelava para identidade social de seus sustentadores: o feminino apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros e assim por diante.

É formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem. Projetamos a nós próprios essas identidades, internalizamos seus significados e valores tornando-os parte de nós. Essas coisas estão mudando. As identidades que compunham as paisagens sociais ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as necessidades objetivas da cultura estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais (HALL, 2004, p12).

Nesse sentido, a nossa sexualidade compõe o corpo que temos, nosso sexo biológico e a atração sexual que sentimos, além da orientação sexual conforme nos comportamos no papel social.

## 2.1. ELEMENTOS DE PESQUISA CIENTÍFICA

Para a realização desta pesquisa científica de caráter bibliográfico, foram utilizadas fontes secundárias como dissertações, teses, artigos e outras que versavam sobre o tema. A investigação ocorreu nos sites do *Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)* e *Google Acadêmico*, com o recorte das defesas realizadas entre os anos de 2013 e 2021 e o uso das seguintes palavras-chave: Educação básica; Currículo oculto; Gênero; Permanência; Transgênero.

Como também foram considerados estudos sobre gênero e transgêneros com os seus impactos no sistema educacional, a pesquisa bibliográfica foi realizada em diferentes cernes periódicos, especialmente no site do repositório de teses e dissertações da CAPES, que abriga conforme os registros de sua base de dados, cerca de 93.692 registros com 93.656 autores distintos dos 4.250 Programas de Pós-Graduação de 451 Instituição de Ensino Superior (IES), até 2019<sup>8</sup>. Foram ponderados os trabalhos entre os anos de 2013 e 2021 devido à insuficiência de pesquisas na temática estudada nos últimos triênios de diversas regiões de nosso país. Neste sentido, houve a seleção de trabalhos científicos, os quais foram realizados por pesquisadores estudantes transexuais, travestis e transgêneros de 519 publicações. Mas, como

---

<sup>8</sup> O término do ciclo de avaliação é quadrienal (2017/2021), sendo a nova atualização em 2021.

o recorte desta pesquisa versou sobre a permanência nas escolas e no Brasil não há estudos sólidos com dados estatísticos periódicos para a medição, houve a consciência sobre impactos negativos não relatados de forma precisa. Desta maneira, perante o oculto universo revelado, houve o esforço em retratar o possível diante dos fatos com o levantamento realizado.

Reidel (2013), em sua dissertação, *A pedagogia do Salto: Histórias de professores transexuais e travestis na pedagogia brasileira*, trouxe uma nova abordagem e novos personagens dentro do contexto educacional. A partir das histórias de vida apresentadas, das impressões da professora transexual, norteou o tema da Educação e a sexualidade transversalizando com outros temas como sexualidade narrando sua vivência, gênero, violência e preconceito. Ademais, indicou caminhos possíveis de permanência em uma educação possível. Esse estudo contribuiu para que o entrelace com a minha narrativa e os relatos de Reidel compilasse esta pesquisa.

Já Lopes (2013), com a tese *Rostos da violência: Percursos escolares de alunos reincidentes na prática de violência escolar*, apresentou os aspectos e resultados com faces no cotidiano das escolas onde existem diferentes tipos de violências: incivildades, *bullying*, vandalismo e negligência pedagógica, que diferem dos outros espaços sociais. Seu estudo sobre os aspectos institucionais e organizacionais e de gênero explicitaram os conflitos sociais no ambiente escolar. A visibilidade ao contexto rompeu com a visão reducionista, favorecendo a globalizante ao associar a identidade com os seus enfrentamentos. Franco (2014), com a tese *Professoras Trans brasileiras: Ressignificações de gênero e de sexualidade no contexto escolar*, realizou o diálogo com as teorias pós-críticas, destacando a teoria *Queer*. Esta pesquisa com fonte documental trouxe histórias de professoras trans e as suas trajetórias enquanto estudantes e educadoras. Essas pesquisas foram relevantes ao analisar os dados relacionados ao *bullying* transfóbico que permeia os espaços escolares e são registrados nesta pesquisa.

Silva (2015), com a dissertação *Trajetórias de alunos transgêneros e alunas transgêneros na Educação de Jovens e Adultos do Município de Nova Iguaçu*, investigou as forças políticas envolvidas historicamente sobre a diversidade sexual. Com o recorte da Educação de Jovens e Adultos, enquanto modalidade de ensino marcada pela adequação às singularidades vividas por seus sujeitos, identifica duas grandes linhas teóricas: a das políticas de identidade que privilegiam a perspectiva pós-estruturalista; os estudos culturais e os

feministas; e a política pós-identitária ligada principalmente à teoria *Queer*<sup>9</sup>. Essa pesquisa trouxe informações eficazes à análise de dados e trajetória de estudantes que acompanhei no período de observação – um dos momentos necessários à constituição desta dissertação.

Caravaca (2016), com a tese *Histórias e representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre pessoas transexuais no Brasil, Candá e Costa Rica*, utilizou três grupos focais para validar as análises com os resultados apresentados. Considerando o sexo como elemento que rotula, condena e diferencia, versou sobre o gênero vinculado a uma única representação sintético-social como uma cisnormatividade cultural. Resende (2016), com a tese *UM NOME SUI GENERIS: implicações subjetivas e institucionais do nome (social) de estudantes travestis e transexuais em escolas municipais de Belo Horizonte/MG*, investigou como os processos de subjetivação de docentes, discentes e funcionários (as) administrativos de duas escolas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte/MG trabalham perante a legislação municipal sobre o *nome (social)* e a presença de estudantes travestis e transexuais no cotidiano escolar. A expressão *nome (social)* designa o nome pelo qual travestis e transexuais preferem usar cotidianamente, uma vez que o nome civil não reflete a própria identidade de gênero. A pesquisa faz a leitura crítica das masculinidades e feminilidades pelo viés da diversidade.

Pereira (2018), com a dissertação *O universo Trans e os jogos olímpicos; Visibilidades e invisibilidades nas olimpíadas Rio-2016*, aborda preconceitos de gênero manifestados muitas vezes pelas formas como o universo transgênero é representado e suas relações com a cultura. Com extensa revisão bibliográfica, fundamenta a teoria *Queer* de Judith Butler, traz conceitos trazidos por Paul B. Preciado, Alain Touraine, Don Kulick e Hadriel Theodoro dentre outros, relacionando transgeneridade, consumo, silenciamento, visibilidades e invisibilidades. Na segunda etapa, destaca o levantamento de dados e analisa o significado dos enunciados por meio da Análise do Discurso de Mikhail Bakhtin. Trabalhei como Psicóloga Olímpica na Rio 2016 e a pesquisa evidenciou as diferenças de gênero presentes nas competições que, de certo modo, são presentes nas vivências cotidianas.

Machado (2019), com a tese *Cidadania Precárias, Sujeitos Trans e Educação*, aborda a travestilidade e a transexualidade no campo da educação e os seus processos de precarização da vidas presentes, apontando experiências de preconceito e discriminação vivenciada na escola e também na Universidade. Esse estudo aponta eixos que discutem as narrativas de luta

---

<sup>9</sup> Teoria Queer se compreende como uma linha trajetória de estudos do gênero.

e resistência, o direito ao nome social e à inabitabilidade de alguns espaços. Pinto (2020), com a tese *Transformando normas e padrões: práticas informacionais de pessoas trans na “Reivenção do corpo”*, apresentou os processos de transição de gênero e as inquietações de homens e mulheres transexuais e suas concepções de si, que acontecem desde o nascimento até a reinvenção do corpo. Abordando pessoas transexuais com suas identidades a partir de relatos de vida. As concepções se posicionam no campo do gênero cultural e simbólico como consequência do sistema normativo, que marginaliza as experiências que fogem às regras constituídas historicamente. Compreender a transexualidade e travestilidade enquanto direito cidadão, reuniu dados de muita relevância ao estudo.

Jesus (2010), com a tese *O Protesto na Festa: Política e carnavalização nas Paradas do Orgulho de Lésbicas, GaysSBissexuais, Travestis (LGBT)*, defendeu como os movimentos sociais são evidenciados no evento *Parada do Orgulho LGBT*. Sua intercessão discorreu sobre a relação dinâmica e conflituosa entre os grupos excluídos da sociedade, tendo o estudo investigado participantes acerca da natureza e do grau de atuação política dos movimentos. A autora, por ser uma professora, mulher transexual e pesquisadora do grupo ODARA, explanou sobre o guia técnico que a transgeneridade abrange em grupo diversificado de pessoas. Rodrigues (2021), com a tese *Subjetividades em trama, corpos em transe: movimentos de identificação de sujeitos transgêneros no entremeio dos sentidos de feminilidades e masculinidades*, investigou movimentos discursivos. A perspectiva adotada para desenvolver o estudo foi ancorada na identificação de sujeitos que se reivindicam transgêneros dentre um suposto pacto biológico com a normatização dos corpos pela arbitrária regra cisgênera e heterossexualizante. Isto, é a partir da interrogação sobre os indicadores políticos estabelecidos de maneira sócio-histórica apontados em Pêcheux (1975,1983), Butler (2018, 2019) e Foucault (1969, 1999, 1983) que compreendem o corpo enquanto um objeto histórico imerso na sociedade sob diretas influências de aspectos externos a si. Esse pensamento abre a possibilidade de entendermos que a produção de sentidos no/sobre o corpo pode ser socialmente demarcada por acontecimentos discursivos relacionados a fatores prescritivos acerca de normas de conduta. É o que procuramos discutir sobre o corpo do sujeito transexual em relação aos preceitos heteronormativos, sobre os quais discorreremos mais adiante.

Por fim, em consonância com os estudos apresentados, também foi considerada a própria narrativa da autora deste estudo devido ao lugar interpessoal como mulher transgênero. Não como uma autobiografia, mas como diferencial sob o viés do olhar vivido na contemporaneidade. Esta pesquisa foi de fundamental importância para contextualizar as

manifestações identitárias presentes no Eu coletivo e nas diversas formas de expressar a mulheridade e masculinidade presente nos corpos diversos dialogados nesse conceito de transgêneridade.

## 2.2 IDEOLOGIA DE GÊNERO E RESISTÊNCIA NOS PROCESSOS EDUCACIONAIS

As teorias críticas sobre o currículo apresentam uma comum compreensão e esta é sobre a necessidade do olhar plural. Em suas concepções, a escola serve aos interesses de indivíduos da classe dominante, sendo normativa à heteronormatividade, além de atuar empiricamente como agente poderoso na função de reprodutora social e cultural. Tanto as teorias críticas quanto as pós-críticas auxiliam no sentido de ajudar a entender as complexidades que compõem as relações entre o poder e o controle, que estão presentes cotidianamente na escola. Principalmente na questão de gênero, explicitam as relações e os fins relativos à raça, etnia, gênero e sexualidade:

A abordagem crítica trata inicialmente, de refutar a neutralidade da escola; para Apple (1989; 2002; 2006), Giroux (1983; 1986) e Santomé (1995), ela serve aos propósitos hegemônicos da ideologia dominante. Surgem teorias de reprodução social e cultural que legitimam a escola como um aparelho ideológico do Estado. Os conhecimentos científicos e matemáticos são tratados como legítimos, e o seu ensino serve aos ideais dominantes. (MACHADO e GODOY, 2019, p. 181).

Esses valores nos sentidos concretizados levam aos processos de inibição da igualdade social e pertencimento que, para Silva (2016), torna ainda mais evidente a necessidade de não mais podermos olhar para o currículo com a mesma pureza: “O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade”, (SILVA, 2016, p. 150). Para Bento<sup>10</sup> (2006), essas questões podem levar a um problema sociológico referente a um grupo social desumanizado e vulnerável, pois, segundo o autor, há uma relação entre opção sexual, gênero e etnia no processo educacional que torna um fato sociológico estruturado e incontestável embutido no currículo. Pensando nesse conceito situacional do currículo oculto, das vivências e dificuldades de permanência de estudantes transgêneros, é possível observar que há situações nas escolas e cursos superiores de ensino. Lugares que as diferenças são enfatizadas, principalmente quando estudantes não negam a sua

---

10 Berenice Bento é pesquisadora pioneira na temática sobre transgênero no contexto educacional brasileiro, problematizou os critérios de normalidades e anormalidades instituídos pelas instituições escolares e as questões psicossociais em lidar com gênero para além das diferenças sexuais e vivências escolares no que concerne à escola.

condição de gênero e os seus próprios corpos. Nesses espaços, onde as competências escolares e a performance estudantil deveriam ser preponderantes – para estas pessoas – não é, pois, tornam-se julgadas antes mesmo de poderem se dedicar aos estudos.

Compreender que podemos experimentar diferentes maneiras de ser masculino e feminino se configura como um desafio para a academia, principalmente em pesquisas em educação. Nos estudos de Junqueira (2009, p. 33), as “diversas pesquisas têm revelado que as travestis constituem a parcela com maiores dificuldades de permanência na escola de inserção no mercado de trabalho em função do preconceito e da discriminação sistemática”. O quadro das pesquisas, segundo o autor, evidencia os conflitos existentes no processo de reconhecimento das travestilidades, determinando “a supressão completa e arbitrária de direitos e de oportunidades, seja por razões jurídico-formais, seja pelo puro e simples exercício da força física bruta ou em virtude dos efeitos simbólicos das representações sociais” (RIOS, 2009, p. 63).

Este é um exemplo das variadas forças sociais que conduzem ao processo de inclusão deste grupo social. São muitas as facetas da marginalização sendo evidente a importante função do currículo frente aos desafios das então consideradas minorias. Conforme Louro (2003), existe uma pedagogia da sexualidade que legitima a identidade heterossexual como a única existente, a única forma de ser e viver a sexualidade; negando e perseguindo qualquer outra forma de manifestação da sexualidade que não esteja em harmonia entre o sexo biológico e o corpo do indivíduo; ou seja, qualquer manifestação da sexualidade que não esteja de acordo com os papéis preestabelecidos socialmente naquela determinada cultura heteronormativa em um espaço e tempo, as performances sexuais de qualquer indivíduo que fuja a norma, será marginalizado e excluído.

as escolas – que, supostamente devem ser um local para o conhecimento – são, no tocante à sexualidade, um local de ocultamento, [...] é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. Muitas outras instâncias sociais, como a mídia, a igreja, a justiça etc., também praticam tal pedagogia, seja coincidindo na legitimação e degeneração de sujeitos, seja produzindo discursos dissonantes e contraditórios (LOURO, 2003, p. 30).

Por entender que o currículo depreende ensinamentos a quem sofre suas ações, que este não é fixo e único e que imprime a ideia para além de um documento, de um conceito biológico, é que assumi, aqui, um currículo pautado nas teorias pós-críticas e que se dinamizou nas existências e preexistências de um corpo transexual. Desse modo, assumi como corpus referente à minha existência, as narrativas de si que manifestam modos de ser

mulher e modos de ser homem no Currículo da Vida do Corpo Transgênero e, nesse sentido, tem-se responsabilidade em pautar essa temática convergindo com minha narrativa de professora e estudante.

O currículo pensado a partir das teorias pós-críticas faz reverberar os sentidos que são produzidos em meio às relações sociais, os aprendizados nos espaços que se vive já que nesse cenário pós-crítico o currículo pode ser todas essas coisas, pois ele é também aquilo que dele se faz, mas nossa imaginação está agora livre para pensá-lo através de outras metáforas, para concebê-lo de outras formas, para vê-lo de perspectivas que não se restringem àquelas que nos foram legadas pelas estreitas categorias da tradição (SILVA, 1999, p. 147).

Venho propor com a pesquisa, a crítica ao silêncio que cala mediante o currículo oculto os temas descritos neste estudo. São dispositivos e rituais curriculares que ocasionam a submissão aos ensinamentos dos preceitos do currículo oculto. Diferentemente do “silêncio que escuta” e sua importância no espaço da comunicação, na conquista da dialogicidade à construção participativa do currículo que dialogue com as temáticas de gênero e desfaça o ensino submisso de preconceito heteronormativo. Confirmando este fato em Freire (1996, p. 117) quando aponta que:

É intolerável o direito que se dá a si mesmo o educador de comportar-se como o proprietário da verdade de que apossa e do tempo para discorrer sobre ela. Para ele, quem escuta sequer tem tempo próprio pois o tempo de quem escuta é o seu, o tempo de sua fala. Sua fala, por isso mesmo, se dá num espaço silenciado e não num espaço com ou em silêncio. Ao contrário, o espaço do educador democrático, que aprende a falar escutando, é cortado pelo silêncio intermitente de quem, falando, cala para escutar a quem, silencioso, e não silenciado, fala. (FREIRE, 1996, p. 117).

Só evoluímos quando há uma reconstrução reflexiva e crítica da realidade consagrada pelo trabalho coletivo. Nesse sentido, Moreira (1997, p. 26) chama atenção às vozes silenciadas no currículo:

Não se trata de episodicamente permitir que algumas dessas vozes se façam ouvir através das benevolentes vozes dos dominantes, mas sim de se privilegiarem as subjetividades e os discursos até aqui reprimidos e de se reduzir ao mínimo o processo de silenciamento. Daí a importância de uma cuidadosa análise do que a literatura vem chamando currículo nulo ou vazio – o que a escola elimina dos seus planos e atividades, bem como dos elementos do currículo oculto que validam a desigualdade e a opressão (MOREIRA, 1997, p. 26).

Vivemos em uma sociedade que está passando por profundas transformações, questões que achávamos que seriam eternas como a construção dos corpos e modelos de orientações e expressões identitárias padronizadas há séculos. Dentro dessa perspectiva, esse trabalho traz

um olhar sobre as diferenças que estão em nossa volta e para a urgência necessária, hoje, para compreender suas existências.

### 2.3 INTERFERÊNCIAS BINÁRIAS EXTERNAS À ESCOLA

Podemos observar que muitos são os fins aos quais a escola conduz os que nela inserem-se e permanecem por um tempo considerável. Tempo suficiente para moldarem-se aos meios de conduta que a sociedade almeja e lutas internas que permeiam estes conflitos que divergem ao padrão binário supracitado. Assim, torna-se claro que há efeitos e comportamentos esperados para quando eles não se fizerem mais participantes normativos da escola. É certo que há intenções bem definidas pela sociedade do que se espera da escola e dos indivíduos ali formados, e que elas estão implicitamente colocadas no currículo oculto escolar.

Ao entender que a escola não é neutra, mas um aparelho ideológico da sociedade, podemos compreender que existe uma relação no sentido em que uma interfere na outra. A partir da década de 1980, novos movimentos sociais explicitam relações de poder que negavam os direitos fundamentais a uma parcela significativa da humanidade. Na academia, teorias pós-estruturalistas e estudos *queer* passaram a visibilizar identidades excluídas e desafiar/desestabilizar a ordem de gênero, estabelecendo novas formas de analisar e interpretar o mundo.

Entretanto, é importante reconhecer as especificidades sofridas pelos sujeitos transgêneros diante da estrutura social que vivemos, dentro do viés ocidental. Como assevera Preciado (2013), é fundamental defender o direito das crianças trans em serem livres, autônomas e, principalmente, crianças. A materialização dos gêneros impõe limites às identidades e corpos que não podem ser atravessadas sem serem punidas pelos instrumentos do biopoder ou da necropolítica. Entretanto, é importante reconhecer as especificidades sofridas pelos sujeitos transgêneros diante da estrutura social que vivemos, dentro do viés ocidental.

Como diz Preciado (2013), é fundamental defender o direito das crianças trans em serem livres, autônomas e, principalmente, crianças. A materialização dos gêneros impõe limites às identidades e corpos que não podem ser atravessados sem serem punidos pelos instrumentos do biopoder ou da necropolítica. Esse contexto marcado por lutas, reivindicações e novos estudos acadêmicos parecia não mais aceitar a segregação, a

marginalização e a exclusão social, a partir de preconceitos e discriminação associados ao gênero e à sexualidade. Cabe expor que a mesma conjuntura que proporcionou o desenvolvimento de estudos que buscavam explicar e explicitar as desigualdades associadas ao sexo/gênero possibilitou um processo de reconhecimento.

normalmente, o conteúdo oficial do currículo, imposto desde fora para aprendizagem dos alunos/as, como veremos depois com mais profundidade, não cala nem estimula os interesses e preocupações vitais das crianças e adolescentes. Converte-se assim numa aprendizagem acadêmica para passar nos exames e esquecer depois, enquanto que a aprendizagem dos mecanismos, estratégias, normas e valores de interação social, que requer êxito na complexa vida acadêmica e pessoal do grupo da aula e do colégio, configura paulatinamente representações e pautas de conduta que estendem seu valor e utilidade além do campo da escola (GÓMEZ, 1998, p. 17).

O trabalho no campo do gênero depende de condições sociopolíticas que delineiam os conceitos orientadores, em especial aos conceitos de humanidade e sociedade. A maioria dos profissionais baseia sua prática em orientações padronizadas, tanto por seus formadores e a discussão de gênero e transexualidade que não adentram às práticas do fazer docente ou do fazer gestão. Porém, há profissionais comprometidos com as consequências de suas ações no ambiente escolar e professores interessados na reflexão das novas formas de ser e estar no mundo. Profissionais esses que assumem declaradamente suas convicções e que estão preparados para alterar seus modos de fazer para se adequar à realidade de uma sociedade diversa.

As tendências das teorias tecnicistas e das críticas reprodutivas inevitavelmente incidem sobre a relação entre gênero e educação. Essas tendências, embora não apareçam de modo claro, são classificadas entre liberais e progressistas e na relação de poder impõe o gênero dominante. Em linhas gerais, diz-se que a linha de pensamento liberal tem a ver com as demandas do sistema capitalista que é heteronormativo. Segundo Libâneo (2006, p. 21), “foi esse o tom que regeu a educação brasileira nos últimos 50 anos”. É a pedagogia liberal que sustentou a ideia de que a função escolar que era a de preparar os sujeitos para o desempenho social e não para o ser social. Ela visa ensinar os valores e as normas vigentes na sociedade, entretanto valores rígidos e afastados do multiculturalismo.

É esta tendência que difunde a ideia de uma suposta igualdade de oportunidades, porque há uma influência da sociedade na educação, sem levar em conta a desigualdade das condições no caso de estudantes transgêneros. A linha progressista busca vincular a temática das aulas com a realidade social, especialmente as duas primeiras não aceitam o autoritarismo, pois valorizam as experiências vividas com base educacional e ressaltam a importância do

processo de aprendizagem grupal e isso significa politizar o debate de gênero e estudantes transgêneros nas escolas. Para essas linhas de pensamento, a educação tem sentido somente se for praticada com a população, são elas que subsidiam a educação popular não-formal, e são elas que auxiliam professores no interesse pelos debates sobre diversidade e as relações hegemônicas de poder conectando a realidade.

## 2.4 DESAFIOS PARA ESTUDANTES TRANSGÊNEROS

Partindo do princípio de que a socialização é um processo complexo, não linear e não mecanicista, cuja tendência é a da lógica conservadora que visa à reprodução de valores, instituições e ideias condizentes com o sistema estabelecido, é notável que as narrativas dão sentido a esse processo dominante, como no caso da homogeneidade que tem por objetivo a padronização social. Em outras palavras, Chauí (2018) esclarece por uma unidade na identidade que leva à crença em uma nação por pertencimento, sem indivisibilidade.

Aliás, quem se opõe é considerado inimigo do seu povo. Esse pensamento da autora não foi relativo especificamente à questão de gênero, mas ao nacionalismo que tem como lógica a massificação da sociedade para o controle social. Contudo, demonstra a construção do tecido social brasileiro regido por pensamentos normativos desde o período colonial. Nesta perspectiva, a lógica conservadora tem por princípio favorecer as estruturas dominantes que, por sua vez, são produzidas por indivíduos em camadas sociais. Isto é, formada por sujeitos em esferas sociais diversificadas, que oprime os fixados em situação de vulnerabilidade.

Segundo Morin (2000, p.55), um dos maiores desafios da educação no século XXI é harmonizar as dicotomias humanas, ou seja, encontrar um ponto de equilíbrio para abordar os conceitos de unidade e da diversidade humana. Na esfera individual, sabemos que cada sujeito traz o código genético da humanidade e, ao mesmo tempo, carrega a percepção do seu corpo singular. Todo ser humano percebe a unidade e a diversidade nos processos mentais, intelectuais, psicológicos, afetivos e psicossociais e, na escola, este sentido é muito presente. Isso significa que todos nós carregamos o sentido desses conceitos em nosso âmago. Sentimos e percebemos esses polos opostos. Já na esfera social, percebe-se esta relação entre um e o diverso desde a própria linguagem, seja por idiomas distintos, gramáticas, sons ou outras formas de se comunicar com grupos específicos. O mesmo ocorre com o conceito de culturas, em que cada conjunto de saberes é compreendido por múltiplas naturezas.

Convém pontuar que o século XXI está marcado pela explicitação das dicotomias universais e, nesse escopo, as tecnologias e as várias formas de exposição rompem com as barreiras da segregação das minorias. Contudo, a educação permanece em particular superação lenta. Bento (2006) enfatiza que a responsabilidade da escola supera o preparo de estudantes no âmbito do ano letivo, sendo necessário o ensino “para a vida fora da instituição”. Isso extrapola o rígido atendimento à grade curricular, sendo visceral a necessidade da socialização com o gênero fora do binarismo. As ideias de unidade e de diversidade estão presentes tanto nos traços biológicos, quanto psicológicos e culturais dos indivíduos. Cabendo à educação orientar os princípios nas esferas individuais e sociais, para o diálogo saudável com a sociedade diversa por natureza.

No entanto, a discussão aprofundada sobre os temas que tratam da questão de gênero e da diversidade é incomum. Nesse cenário, é perceptível a abordagem velada que foge dos diálogos comuns entre as vivências de jovens escolarizados. É dentro da escola que o processo de socialização deveria ser promovido de modo organizado, visando interiorizar e discutir valores com naturalidade, explorando os conceitos de cidadania e gênero. Podemos compreender o assunto de interesse público, já denotando a invisibilidade de quem almeja por melhorias nas estruturas sociais como trabalho, consumo, entretenimento, etc. Esses mesmos sujeitos acabam sendo segmentados à uma esfera econômica limitante, perante às estruturas conservadoras. A consolidação do *status quo* promove valores individualistas de competitividade e a falta de solidariedade e é por meio da conhecida “meritocracia” que são descritas as pessoas que não alcançaram os seus objetivos. Como se não existissem os obstáculos impostos pelas estruturas vigentes dominantes que impõem a aplicação do currículo formal a estudantes transgêneros.

### 3. INCLUSÃO E PERMANÊNCIA

O sistema educacional apresenta, de forma histórica, o padrão da normalidade heteronormativa, isto faz parte dos reflexos sociais, haja vista que é na ambiência familiar que se constitui esta relação binária de família, com as figuras do pai e da mãe enxergados de forma binária. Esse modelo de conduta patriarcal é reiterado de diversas formas, desde os elementos culturais consumidos no cotidiano ao praticado por ensinamentos religiosos no âmbito moral. Os estereótipos de gêneros podem surgir a partir das próprias crianças, mesmo que o ambiente seja inflexível e ocorram intervenções externas para inibir as manifestações. As forças simbólicas exprimidas pelas vivências estruturais podem não ser reveladas, mas são sempre sentidas, inclusive por quem não possui condições de verbalizar ou compreender os rechaços do padrão binário.

Contexto esse que leva à fundamental intervenção de professores para agir de forma pedagógica na construção de sentidos que possam promover o empoderamento social<sup>11</sup>. Mas, que na prática, muitas vezes pode escapar do planejamento de aulas por essas pessoas estarem ocultas no currículo normativo. Ignorar o problema presente em sala de aula é um desrespeito que reforça o preconceito e a violência, uma vez que mantém a racionalidade conservadora da invisibilidade. Conforme Bento (2011, p. 555), as pessoas travestis e transexuais apresentam escolarização precarizada por enfrentar obstáculos para a permanência no sistema educacional.

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão”. Entretanto, não existem indicadores para medir a transfobia de uma sociedade, das instituições escolares e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto, invisibilizando a evasão e a não permanência destes estudantes. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles intitulosos gêneros desviantes no espaço escolar.

Há um processo intrínseco de expulsão, de não pertença desses espaços e não somente de evasão. A escola brasileira sempre esteve atrelada aos padrões de normalidade sociocultural de seu tempo, através do currículo oculto que obriga a adequação à conduta

---

<sup>11</sup> De acordo com Rute V. A. Baquero, o termo *empoderamento* surgiu na Reforma Protestante com Lutero no séc. XVI e foi evidenciado a partir de 1960 com Paulo Freire com a eclosão de novos movimentos sociais no período, para designar as capacidades cognitivas sobre a criticidade para a própria cidadania.

guiada pela heteronormatividade. Essa é uma concepção pedagógica limitante. Segundo Abreu *et al.* (2018), casos de transfobia são muito comuns em indivíduos que estejam cursando o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio, os quais estão passando pela fase de transição e autoaceitação de sua identidade de gênero de seus processos de orientação e identificação sexual, que para muitos é um desafio extremamente grande, perante uma sociedade construída culturalmente sexista e heteronormativa.

A sociedade é responsável por uma espécie de barreira entre travestis e transexuais e isso promove a inibição para o acesso aos espaços sociais e escolares, restringindo o acesso aos direitos constituídos em lei, como o direito à educação e pertença na instituição educacional, que é uma garantia fundamental para todos os cidadãos e está presente na Constituição do Brasil. Em outras palavras, é um processo intrínseco e subjetivo através de olhares de rejeição e comportamentos apresentados pelos corpos que falam e rejeitam a transgeneridade do *Ser e Estar*. Para Louro (2010, p. 81), é explícita a proposta da instituição escolar ao constituir sujeitos masculinos e femininos como se fossem heterossexuais normativos. Esses sistemas estruturados nas relações mantêm os padrões na sociedade e a escola acaba por realizar a manutenção dessa lógica, ao manter a sua propagação.

A ênfase no caráter heterossexual nos conduz à uma “naturalidade estrutural”. Entretanto, se a identidade heterossexual fosse efetivamente natural e a identidade transgênera fosse ilegítima, por que haveria a necessidade de tanto empenho para garanti-la e colocá-la em evidência? Por que a opressão para oprimir as outras identidades? Se admitirmos que todas as formas de sexualidade são construídas historicamente e que todas são legítimas, implicaria em rever as ideologias constituídas, pois, nesta perspectiva, precisaríamos romper com os preceitos regidos pela política e religião. De acordo com Bento (2008), pioneira nas investigações sobre o gênero nas instituições escolares: “na escola se aprende que a diferença faz a diferença”. No sentido mais amplo, a autora conclui que “[...] há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais que extrapola os muros da escola, mas que encontrará neste espaço um terreno fértil de disseminação” (BENTO, 2008, p. 131). Neste projeto social, o artifício de exclusão das pessoas transexuais e travestis acaba sendo anunciado e definido convenientemente com a evasão escolar e do trabalho, conforme a teoria sobre a engenharia de produção de corpos normais de Bento (2008).

A reflexão norteia as discussões sobre os obstáculos enfrentados na utilização destas barreiras por pessoas trans, como um demarcador da recusa destes sujeitos pelas instituições escolares, também confirmando o artifício da exclusão com a invisibilidade do discurso sobre

a evasão escolar. Felipe e Bello (2009) destacam que a homofobia nas escolas causa a agonia e pressão psicológica, sendo uma violenta moldar as pessoas para aquilo que elas não são.

Segundo os autores, no âmbito escolar, a prática da violência se daria pela presunção (ou pelo embaraço) exercida por uma educação sexual voltada apenas para as pessoas heterossexuais, como se não existissem os demais grupos. Estereótipos, como delinquentes ou sem valores morais, levam à estranheza sobre o próprio corpo. As escolas não foram habilitadas para lidar com corpos não binários e isso também causa estranhamento para toda a sociedade, pois tudo aquilo que é estranho, infelizmente é repelido. Assim, é importante ressaltar que “a escola é uma caricatura da sociedade. Por ela passam, como não passam por nenhum outro lugar, limitadas por diminutivos, todas as ideias que uma sociedade quer transmitir para conservar, tudo aquilo que se acredita ou quer que se acredite”, (MORENO, 1999, p.12).

A partir do prisma dos padrões sociais dominantes, as pessoas transgênero são reiteradamente expostas no ambiente escolar, sofrem transgressões de direitos, violências físicas e verbais e discriminações de todo tipo. Para a maioria das pessoas transexuais pode parecer impossível imaginar a permanência e supostamente o sentimento de pertencimento e aceitação no ambiente escolar. Isso ocorre porque não serem enxergadas ou aceitas por sua identidade e/ou expressão de gênero. O respeito por sua individualidade é algo que precisa ser exigido por não acontecer de forma natural, embora seja um direito conquistado, e a educação o recurso para instruir cidadãos conscientes.

De acordo com Fagundes (2009), é preciso o fomento à educação sexual nas escolas, com educadores capazes de promover a igualdade de direitos e a mudança de paradigmas. Isso é crucial, pois, a educação tem o dever de contribuir para a promoção da diversidade e da quebra de estereótipos. Esses são os meios para evitar a violência, inclusive fora da ambiência escolar. Para Junqueira (2009, 405), a qualidade do ensino pode levar à coexistência de forma pacífica, para o convívio democrático com a diversidade, ou seja, à prática da genuína “cultura da paz”.

É claro que não se pode romantizar a abordagem das relações humanas que, por natureza, é envolta por conflitos diversos. Mas, o que se ressalta é a discussão abertamente sem receios para os esclarecimentos. A escola, como agente transformador através da educação, deve estar aberta para tratar das questões polêmicas. É neste espaço que deve haver a recepção para a abertura de vozes, com o sentimento segurança para expor os seus

pensamentos e dialogar sobre eles. É dever da escola aplacar a transfobia, através do ensino sobre a diversidade.

### 3.1 O *BULLYING* NO AMBIENTE ESCOLAR E A QUESTÃO DA TRANSFOBIA PARA A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRANSGÊNEROS

O *bullying* é um termo oriundo da língua inglesa que não tem tradução para o português devido aos impasses de conceituação. Contudo, ao abarcar o senso comum, podemos compreendê-lo por formas inibidoras e de exclusão, podendo chegar à extrema violência verbal, psicológica e até física. É importante ressaltar que mesmo antes da popularização deste termo, apesar de não existir o seu entendimento, as suas vivências já estavam presentes entre as crianças e os adolescentes. Maus tratos sempre existiram entre determinados grupos ou pessoas, simplesmente por não se identificarem. Sem nenhuma razão eram naturalizados chutes, rasteiras, pedradas, xingamentos, assédios e abusos.

A heterocisnormatividade se estabelece como um discurso e prática hegemônica na sociedade ocidental, utilizando do discurso biológico para embasar suas imposições nos papéis de gênero e na sexualidade. Logo, como apontado por Connell (2015, p.33): “esses tipos de trabalho são frequentemente associados à uma definição cultural das mulheres como pessoas cuidadosas, gentis, diligentes, estando sempre prontas para se sacrificarem pelos outros, por exemplo, como ‘boas mães’ ”. Em 2022, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) pelo menos 151 pessoas trans foram mortas, sendo 131 casos de assassinatos e 20 pessoas trans suicidadas (Benevides, 2023).

A mais jovem trans assassinada tinha 15 anos, e relatos de um acirramento na patrulha contra crianças e adolescentes trans, sendo inclusive vítimas de violências dentro do ambiente escolar. E, embora haja uma leve queda em relação a 2021, o perfil das vítimas se manteve o mesmo: jovens transgêneros em processo de transição ou já transicionados. Chama atenção o país figurar novamente como o que mais consome pornografia trans nas plataformas digitais de conteúdo adulto no mesmo momento em que o Brasil figura como o país que mais assassinou pessoas trans pelo 14º ano consecutivo. Houve, ainda, 142 violações de direitos humanos e os casos de impedimento de uso do banheiro foram os que mais tiveram destaque nessa edição. Seguimos vendo a política estatal de subnotificação da violência lgbtifóbica<sup>12</sup>, e

---

<sup>12</sup> Violência lgbtifóbica - Estudo publicado pela ILGA em sua atualização em dez.2020, reconhecimento das violações e violências Antra (2022).

os estados insistem em não levantar os dados sobre violência contra a população LGBTQIA+, em especial os assassinatos. Mantém-se a falta de dados sobre o perfil dos suspeitos, no mesmo momento em que os nomes de registro das vítimas são expostos, sem menção aos seus nomes sociais. Em sua sexta edição, a pesquisa anual *Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras*, apresenta a atualização contendo os dados de 2022 sobre a situação de violência, violações de direitos humanos e assassinatos contra pessoas trans brasileiras. Os dados evidenciam que a epidemia da transfobia operada pela necro-trans-política seguiu em pleno funcionamento.

Contudo, apesar da maior propagação do termo para o seu combate, ainda não está extirpado da ambiência escolar. É notável o aumento dos casos de ataques até com mortes entre jovens dentro das escolas, que tiveram como estopim o *bullying*. Atos violentos com discurso de ódio seja pelas características físicas, etnia, classe social ou outras formas de discriminações é um problema na contemporaneidade de ordem pública. No âmbito da questão de gênero, isto é ainda mais preocupante, porque transgêneros são historicamente um grupo alvo da discriminação de forma bárbara. De acordo com Jesus (2012), pode-se entender por *bullying transfóbico* aqueles que acontecem simplesmente no ambiente escolar com pessoas transgêneros.

É destruidora a violência, seja ela qual for, no convívio escolar, pois é neste espaço que deve ter ausência da opressão e incentivo ao empoderamento social. Por isso, é necessário repensar os mecanismos de atuação das escolas, desde o seu currículo às formas de educação. Os métodos de prevenção precisam ser repensados através da conscientização, são muitos os recursos pedagógicos: cartilhas informativas, programas de orientação, eventos artísticos, etc. Cabe ao planejamento pedagógico a criação de estratégias para a inclusão social. A esperança reside na resistência da existência de corpos que, em assembleia, na rua ou isoladamente, reivindicam direitos de viver além da sobrevivência e da cidadania regulada. Crianças e adolescentes atravessados pelo significativo *bullying* são potenciais de si mesmos, que podem buscar outras formas de vida a partir de iniciativa realizada por quem tem de educar.

#### **4 TRANSGENERIDADE NOS ESPAÇOS ESCOLARES: REFERÊNCIAS TEÓRICAS SOBRE A PERMANÊNCIA**

Vimos que refletir sobre estudantes transgêneros nas escolas implica pensar sobre quais condições de apoio existem para que haja a sua permanência nesses espaços, mesmo diante das premissas de inclusão presentes na pedagogia brasileira que preza pela valorização da singularidade de cada indivíduo. Estando este grupo social marginalizado também nos lugares onde deveria ocorrer a preservação de suas identidades. O imaginário regido apenas por dois grupos binários acaba por estereotipar quem é “normal”, levando a crer que quem está fora deste padrão é “anormal”, sendo uma manifestação corriqueira, naturalizada e perversa que desacata os direitos regidos pela Constituição Federal.

Nos artigos 205 a 214 (1988), é garantida a educação como um direito inalienável e universal, inclusive em conformidade com os Direitos Humanos que ampliou o seu reconhecimento em face das transformações ocorridas nos diferentes contextos sociais, históricos e políticos (BRASIL, 2013, p. 517). As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) reconhece e cita as “temáticas de identidade de gênero e orientação sexual na educação” do sistema de ensino brasileiro (BRASIL, 2013, p. 519). Contudo, de acordo com os princípios de Yogyakarta (2007, p.23) sobre a aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero, estudantes transgêneros sofrem discriminação em muitos aspectos da vida social, não sendo diferente nas escolas.

Razão essa pela qual o documento alerta sobre as consequências que levam à “expulsão” dessas pessoas do sistema educativo, sendo os Estados responsáveis por tomar medidas necessárias no sentido de assegurar o acesso e a permanência à Educação, a partir do tratamento igualitário para o desenvolvimento da personalidade de cada estudante, de seus talentos e suas capacidades mentais. Os métodos educacionais devem garantir currículos e recursos que sirvam para a compreensão e o respeito da diversidade, atendendo as necessidades relacionadas às orientações sexuais e identidades de gênero. No relatório das Nações Unidas, “Nascidos Livres e Iguais: orientação sexual e identidade de gênero no Regime Internacional de Direitos Humanos”, constata o seguinte:

Sujeitos LGBT estão mais expostos ao risco de serem alvos de violência nas mãos de atores privados. A violência homofóbica e transfóbica tem sido registrada em todas as regiões. Tal violência pode ser física (incluindo, espancamentos, sequestros, ameaças, violência psicológica e coerção). Esses ataques constituem uma forma de

violência baseada no gênero, impulsionados por um desejo de punir aqueles vistos como violadores das normas de gênero (NAÇÕES UNIDAS, 2013, p.15).

Historicamente, escolas e universidades reproduzem estereótipos, sendo espaços que reforçam as diferenças através dos padrões binários. Isso enraíza nos estudantes o conceito de biopoder<sup>13</sup> do masculino e feminino que, segundo Foucault (2008), disciplina indivíduos conforme os seus corpos, sujeitando as pessoas através do sistema dicotômico pela biológica estruturada. Para ele, até os dispositivos arquitetônicos demonstram o funcionamento das organizações, denotando a perspectiva nada neutra. Com muros altos e grades justificados pela razão da segurança, separam o que é externo do que é interno, ou seja, relatando o permitido e o proibido de forma controladora.

Essa dicotomia é uma maneira também de evidenciar subjetivamente os lados opostos, como o masculino e feminino presentes no currículo oculto. O que, para Louro (2004), é uma construção social, cultural e histórica estabelecida por papéis constituídos pela vigilância de padrões nas instituições escolares. Assim, ignoram as relações psicossociais e os direitos civis dessas pessoas enquanto deveriam esclarecer sobre a pluralidade, através de estratégias pedagógicas para o fomento da inclusão social. Inclusive, destinadas para a promoção em outros âmbitos além dos acadêmico-científicos, como os filosóficos, artísticos, literários, políticos, religiosos, etc.

No campo de estudo das vivências institucionais, estudado por vezes no lugar do campo de fala<sup>14</sup>, há o consenso sobre a seleção de espaços designados a determinando grupos da sociedade. Esta seleção, de acordo com Foucault (2009), refere-se aos “corpos dóceis”<sup>15</sup> que são os aceitáveis. Conforme Butler (2003), são os corpos que têm o privilégio de acesso à Educação. Segundo Louro (2001), esta é uma face dos mecanismos de coerção identitária que propagam a intolerância e negam a inclusão de estudantes transgêneros nas instituições de ensino. Uma violência simbólica causada pela heteronormatividade. “[...] os termos usados

---

13 O conceito de biopoder de Foucault (2008) reflete o controle disciplinar sobre como mecanismo de segurança, tendo em vista a relação do governo com o acontecimento (Foucault, 2008, p40).

14 O termo *lugar de fala* é definido por Marcia Franz (2004) como a representação das posições sociais e agentes sociais envolvidos. O conceito com múltiplas origens e usado na análise do Discurso (Orlandi, 2009). No Brasil, o termo foi popularizado por Djamila Ribeiro em seu livro *Lugar de Fala* (2017).

15 Orlandi (2009) compreende, como produção de sentidos determinado pela formação discursiva, a noção de posição do sujeito no discurso. Para a análise do Discurso, o sujeito discursivo é determinado por aspectos históricos, sociais e ideológicos. Assim como Ribeiro (2017), compreende um lugar de reflexão e de expor o lugar que compreende o corpo pobre, negro, feminino, indígena e LGBT, ou seja, corpos subalternizados que reivindicam a sua existência. Esses corpos subalternizados se diferem dos corpos dóceis aceitáveis, segundo Foucault (2008).

para darmos um relato de nós mesmos, para nos fazer inteligíveis para nós e para os outros, não são criados por nós: eles têm caráter social e estabelecem normas sociais, um domínio de falta de liberdade e de substitutibilidade em que nossas histórias “singulares” são contadas”, (BUTLER, 2015, p. 33).

Assim, as discriminações voltadas para expressão de gênero surgem a partir de processos que interpretam o gênero ao corpo sexuado, apontamentos que também partem do compêndio médico e dos estudos da década de 1970 por deixarem subverter o imaginário e consciente coletivo social. Nesse sentido, Bento (2017, p.83) aponta que a análise de gênero é compreendida como uma sofisticada tecnologia heteronormativa operacionalizada pelas instituições. Nery (2015), por sua vez, pesquisador e homem trans pioneiro, argumenta que a escola “exclui” as pessoas trans e não binárias.

De acordo com o autor, sem preparação e esclarecimento, os espaços de aprendizagem não acolhem e não reconhecem os corpos trans e não binários, restando-lhes a estigmatização e a discriminação. Ainda, de acordo com o autor, a rigidez dos valores conservadores de profissionais no espaço escolar revela o que define de “microfascismos em nós”, o que se expressa por meio das atitudes autoritárias, como o tom de voz expressivo e as expressões faciais depreciativas, por exemplo, os olhares intimidatórios de rejeição destes corpos.

Nesta perspectiva, percebe-se que compreender os processos psicossociais de construção de tais identidades é uma questão relevante do ponto de vista científico e social. Entretanto, no campo educacional ainda há poucos estudos sobre essa temática. Entende-se que o conhecimento pode resultar na validação dos modos singulares de existência, com possíveis reflexos positivos na humanização acadêmica, desvendando pontos importantes para serem trabalhados em medidas de permanência nos espaços escolares. Por isso, desvelar a transgeneridade na perspectiva da teoria de Preciado (2014) – espanhol que é filósofo e escritor e que se autoidentifica como homem transgênero – auxilia na originalidade da perspectiva acadêmica-científica com a validação do conhecimento através do lugar de fala. Desse modo, a inclusão deste grupo social na academia científica favorece o diálogo com contribuições expandidas a outros prismas, não limitados apenas aos de observações externas que correm o risco de cair no senso comum.

Braga (2000) constrói o *lugar de fala* como um conceito metodológico para estudar produtos culturais. Ademais, entende que o lugar de sentido não é inteiramente pré-existente e se constrói entre a fala que se relaciona com a intertextualidade, buscando sentido nas

circunstâncias da fala que transcendem o discurso. De acordo com as suas concepções, alguns estudos privilegiam um produto cultural como empírico com a preocupação sobre as especificidades da fala. Sendo o *lugar de fala* uma lógica que articula a fala aos textos e situação, ou seja, o lugar sociológico do falante.

Estudantes transgêneros, em sua maioria, como operam uma desconstrução no sistema corpo-sexo-gênero, por meio de materialização transicional e performativas dos corpos, provocam a ordem regulatória cis-heteronormativa e desestabilizam a escola como perturbadores da ordem das coisas, principalmente numa concepção biológica da interpretação do ser. Essa perturbação ocorre porque são corpos diferentes, não inteligíveis e encarados como deslegitimadores. Trata-se de um fator que contribui para incompreensão, não permanência e perpetuação deste cenário silenciado das pautas de gênero e sexualidade na educação.

Preciado (2017) fomenta a discussão a partir da reflexão que faz uma ruptura justamente com as barreiras promovidas pela exclusão social. Amparando-se em uma epistemologia que questiona as acirradas narrativas presentes nos debates científicos, faz pensar sobre o que é natural (natureza) e o que é criação (orientação e cultura). Desse modo, as construções identitárias caracterizadas pela pluralidade de corpos com o respeito às suas formas de vida podem atravessar outros discursos, como os políticos e os das tecnologias biológicas e médicas dos anos 1950 que são intransigentes com os corpos variantes. O autor da obra *Manifesto Contrassexual* (2015) produz uma crítica ao feminismo construtivista e à performatividade de gênero butleriana<sup>16</sup>. Segundo ele, o gênero não é simplesmente performativo como efeito das práticas culturais linguístico-discursivas.

O gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico. Foge das falsas dicotomias metafísicas entre corpo e alma, a forma e a matéria. [...] Sua plasticidade carnal desestabiliza a distinção entre o imitado e o imitador. O gênero poderia resultar em uma tecnologia que fabrica corpos sexuais (PRECIADO, 2017, p.29).

Conforme o autor, são estruturas como essas que reafirmam o entendimento pelo prisma conservador do “dimorfismo sexual e corporal”, ou seja, por meio de uma cultura dominante criada e em constante processo de manutenção. Fazendo-se necessário outro desfecho que seja capaz de atender à diversidade como ela é: “A emergência dos termos cisgênero e transexual, termo utilizado neste estudo como sinônimo de transgênero se refere a

---

<sup>16</sup> *Performatividade de gênero* é um termo criado pela filósofa feminista pós-estruturalista por Judith Butler (1990).

um status de gênero tecnicamente produzido, no qual as diferenças repousam na consciência dos processos tecnológicos de produção de masculinidade e de feminilidade a partir do reconhecimento social no espaço público”, (PRECIADO, 2018).

Assim, as pessoas cisgêneros são aquelas que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento, incorporando-o às suas práticas, convicções e leituras de sua própria subjetividade, enquanto pessoas transexuais se apresentam como sujeitos que não se identificam com o gênero que lhes fora atribuído ao nascimento. Devendo-se lembrar que todas as pessoas se utilizam das tecnologias de gênero tanto para traçar suas rotas de fuga em relação à normatização (transexual), quanto para sua autoafirmação dentro da normativa (cisgênero) e suas respectivas identidades. A sujeição às normas de gênero ou sua recusa radical não depende, portanto, da negação das tecnologias em nome da ‘pureza’ da natureza, mas da reapropriação das técnicas de produção para a constituição de uma subjetividade própria, pela via do empoderamento.

Mas, ainda que conquistas desbravem os caminhos, a falta de formação continuada de profissionais afeta o acolhimento às individualidades. A postura inadequada com estudantes transexuais pode influenciar de modo desfavorável o comportamento coletivo. O preconceito e a incompreensão a respeito da transexualidade alimentam agressões intencionais, verbais ou físicas, resultando em consequências negativas para o processo de ensino e de aprendizagem de estudantes transexuais (Junqueira, 2009).

A falta de solidariedade por parte de profissionais, da instituição e da comunidade escolar diante das mais corriqueiras cenas de assédio moral contra estudantes LGBT pode produzir ulteriores efeitos nos agressores e nos seus cúmplices. Além de encorajados a continuarem agindo, aquiescendo ou omitindo-se, são aprofundados em um processo de “alheamento”. (JUNQUEIRA, 2009, p. 27).

Para se ter uma ideia da complexidade e importância do aprofundamento neste debate, Pamplona (1994, p.49) escreveu *Onze sexos*<sup>17</sup>, no qual aponta que o comportamento humano vai compreender, com o passar do tempo, questões referentes à sexualidade e à cultura. É evidente que os valores e as concepções coletivas são muito diferentes daquelas de cinquenta anos atrás e, certamente, não serão os mesmas ao longo do século XXI. De acordo com o autor, quando falamos de identidade de gênero, referimo-nos às sensações internas, mas que podem vir para fora, indicando o papel social<sup>18</sup> proposto por Moreno (1975). De acordo com

---

17 Livro do renomado e precursor Psiquiatra, Ronaldo Pamplona, de 1994.

18 O *papel social* proposto por Moreno (1975) surge do termo em inglês “role”, do latim *rótula* que na Grécia antiga usava-se nas apresentações teatrais o texto em rolos de papel. O conceito pressupõe a inter-relação e ação

Pamplona, os papéis sociais<sup>19</sup> de gênero operam na função da realidade, correspondendo à dimensão psíquica ou psicológica do ser humano.

No decorrer do processo de desenvolvimento, esses papéis têm a origem na família e a criança irá os esboçar até desenvolver a potencialidade de perceber o mundo. Dessa forma, há algo entre as pessoas que a maioria das pesquisas não abordam que é a relação *co-inconsciente* que ocorre nesta construção da identidade de gênero e orientação sexual nas relações psicossociais, correspondendo à uma identidade genital coletiva. Em síntese, Pamplona (1994, p.26) aborda as regras sociais, as quais poucos pensamos, porque estão incorporadas em nosso cotidiano e este tratamento diferente de meninos para as meninas, desde os gestos ao seu desempenho da função da realidade. O autor atribui umas das consequências mais significativas da construção desta concepção binária à relação *co-inconsciente*<sup>20</sup>, ou seja, o poder que a comunicação grupal exerce nas pessoas a partir das concepções culturais.

Por exemplo, para Louro (1997), o gênero pode ser entendido a partir da constituição da identidade de sujeitos frente às diferentes perspectivas. Essa concepção aproxima-se dos estudos culturais feministas que compreendem os sujeitos com identidades plurais, múltiplas e que se transformam por não serem fixas ou permanentes. Considerando-se o período dos estudos culturais feministas, teríamos em torno de sessenta anos passados para os avanços das transformações sociais, porém, de acordo com Bento (2006), ainda há o entendimento da transexualidade como doença. Inclusive, no Brasil desde 2019, com a ascensão de movimentos políticos de extrema direita exaltando posicionamentos radicais, esta concepção foi ressaltada de forma contínua no congresso nacional<sup>21</sup>.

Conforme Bento (2006), existem pessoas que apresentam o comportamento heterossexual e fazem disso uma autoridade para querer “higienizar” socialmente a população que consideram disforme, ou seja, a transgênera. Por isso, a escola tem o dever de dialogar sobre as diversidades, evidenciando as múltiplas orientações sexuais em combate ao incômodo gerado pelas diferenças.

---

em todas as dimensões da vida, como o nascimento, a experiência vivenciada do indivíduo e a sua participação na sociedade.

19 Papéis determinados pelos nossos pais ao descobrirem o gênero.

20 Para Moreno (1975), o *co-inconsciente* pressupõe a relação entre duas pessoas, vivências, desejos, sentimentos e até fantasias que são comuns.

21 A ministra dos Direitos Humanos Damares Alves foi protagonista no governo do presidente Bolsonaro com o discurso de “reconversão sexual”, cujo fundamento consiste em realizar um “tratamento” para a “cura gay”.

Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e com a precariedade de todas as identidades. Ao colocar em discussão as formas como o 'outro' é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu (LOURO, 2001, p.550).

Para Butler (2003), há uma correlação entre gênero e humanidade, relatada por Machado (2019) em como a sociedade concebe os corpos através de uma linearidade entre sexo e gênero. A pergunta “é menino ou é menina?” na descoberta do sexo biológico pelos pais já demonstra como esses corpos são reconhecidos como humanos. A marca do gênero parece qualificar os corpos como corpos humanos, o bebê se humaniza no momento em que se responde a pergunta, pois, a imagem corporal define em que se encaixa (BUTLER, 2003, p.162).

Deste modo, é comum que as pessoas trans e/ou não binárias estejam emocionalmente frágeis ao adentrarem no ambiente escolar. Estigmatizadas ou em silêncio, são oprimidas quando não massacradas pela rejeição social que, em muitos casos, já acontecem no ambiente familiar. Bento (2011) adverte sobre os catálogos internacionais das doenças mentais com relação aos espaços escolares, lugar onde ocorrem violências ocultas ou ignoradas, sendo de fato responsável pelos processos de “expulsão”. Diante do exposto, é pertinente lembrar que a “evasão” não pode ser interpretada apenas pela ausência dessas pessoas na escola.

O suicídio tem sido uma das causas recorrentes das mortes de travestis, mulheres transexuais e homens trans do Brasil nos últimos tempos, segundo o Dossiê de Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais no Brasil (2018), divulgado pela Antra (2018). O documento aponta ainda que, no caso das transmasculinidades, a escolaridade desta parcela da população é inversamente proporcional à baixa escolaridade das feminilidades trans, que acabam voltando-se para a prostituição. No documento Antra (2018), o Brasil lidera há mais de dez anos o ranking de assassinatos de travestis e transexuais no planeta, motivados pela transfobia ou pelo preconceito e crime de ódio, é um dos países que está na contramão de todas as ferramentas legais e inclusivas, principalmente de permanência de estudantes transgêneros.

Discutir o tema da transgeneridade significa, na atualidade, reconhecer e evidenciar as pessoas transgênero como sujeitos de direitos, garantidos nas mais diversas legislações vigentes em todo o mundo, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, considerada o marco na história dos direitos humanos no mundo, a qual enfatiza, ao longo de seus trinta artigos, que todos os seres humanos são iguais em dignidade e direitos e, dessa forma, devem ter preservados seus direitos à vida, à liberdade e à segurança, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, religião, opinião política, condição social ou outra condição (ONU, 1948).

Apesar de vivermos na atualidade o processo de reflexão sobre a reconstrução de muitos termos e de óticas estruturalistas na formação do tecido social brasileiro, é importante lembrar que a ciência foi concebida por homens, quando a grande maioria das mulheres sequer tinha o direito de estudar. É comum a existência de conteúdos elaborados sob a ótica machista da heteronormatividade presentes em muitas disciplinas. Portanto, se analisarmos a qualidade discursiva de materiais utilizados pelas escolas brasileiras, facilmente pode-se encontrar definições homo-transfóbicas em livros didáticos já naturalizados pelo afastamento das transgeneridades.

Sendo dever do Estado garantir a toda sociedade indiscriminadamente à educação, conforme Bento (2008, p.169), é preciso que se entenda que a diferença é anterior à suposta igualdade, sendo a humanidade constituída pelas diferenças. Em continuidade, Reidel (2013) faz referências à ausência de personagens LGBTQIA+ nos livros didáticos, invisibilizando a abordagem desta temática que, inclusive, pode ser interpretada pelo suporte para o debate sobre a questão de gênero. De acordo com o estudo realizado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) entre os anos de 2015 e de 2016, intitulado “Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Escolar no Brasil: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais” revelou a necessidade de criação de políticas públicas voltadas para este grupo social na educação.

Uma pesquisa realizada com estudantes de 13 a 21 anos de idade, de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal – com exceção do estado de Tocantins, apontou as experiências negativas que essas pessoas enfrentaram nas instituições educacionais devido às suas orientações sexuais e/ou identidades/expressões de gênero durante o ano letivo de 2015 (ABGLT, 2016, p. 18). Com base nas narrativas de estudantes da rede municipal de Santos (2022), foi manifesto o sentimento de incompreensão (ABGLT, 2016, p18), mesmo com legislação municipal reconhecendo o uso do nome social.

É na interação com diferentes corpos, com diferentes identidades, que o corpo escolar, professores e estudantes se constituem enquanto agentes sociais. Assim, por meio da intervenção desses atores sociais, pode haver a legitimação da existência das diferenças identitárias na sala de aula e também além dos muros escolares. Dessa maneira, é possível instaurar discursivamente um movimento de emancipação social para transgeneridades presentes nas instituições escolares em que a vulnerabilidade de estudantes transgêneros seja reduzida na comunidade escolar.

É preciso desenvolver práticas sócio escolares articuladas à *pedagogia queer*<sup>22</sup>, em vistas a promover a cidadania, os direitos e a legitimação corpórea e identitária das minorias. Essa demanda carece da educação emancipatória, Freire (2007) já elucidara sobre as barreiras presentes nos processos de inclusão das pessoas oprimidas, que necessitam da valorização das suas singularidades.

Muita gente já deve ter dito o que vou dizer agora. Percebi quão fortes são as nossas marcas culturais. Mas quão mais fortes elas se tornam na medida em que não as idealizamos. Na verdade, no momento em que começa a dizer: não, tudo o que é bom, só é chileno, as marcas da tua cultura enfraquecem. Mas, na medida em que, em lugar da idealização das tuas marcas, tu as trataas bem, cuidas delas seriamente, sem absolutizá-las, então percebes que, sem elas, te seria difícil, inclusive, receber outras marcas que, ao lado de tua história pessoal, fossem significativas (FREIRE, 1985, p. 17).

Entendemos que, ao falar de gênero, falamos de ciência que implica em dialogar sobre o processo pedagógico e currículo. Se a educação é laica, não vemos motivos para não discutir teorias científicas de gênero na escola. Todas as discussões são saudáveis desde que sejam discutidas com respeito e seriedade embasadas em pesquisas e narrativas reais e sabemos que a ciência só consegue avançar quando damos oportunidades para que pessoas com pensamentos diversos ao nosso, tenham oportunidade de pertença, tudo dentro de um processo de direitos igualitários no qual todos conseguem permanecer com suas diferenças.

Debater identidade de gênero e orientação sexual se faz necessário porque não recebemos nas escolas apenas alunos cisgêneros e heterossexuais. Recebemos também pessoas transgêneros, homossexuais, bissexuais e lésbicas. Posto isso, não vemos por que não trazer à luz da discussão a realidade dessa pauta. Se alunos (as) gays, lésbicas ou transgêneros(as) podem e devem debater temas pertinentes à cisgeneridade e heterossexualidade compulsória, o que é percebido com naturalidade, não há motivos para não debater temas sobre identidades e sexualidades da transgeneridade.

Em Pita (2020), observamos que a ideia de narrativas compreende uma abordagem fecunda para nos aproximarmos dos saberes instituídos pelos docentes ao longo de suas vivências nas unidades escolares. Assim, numa narrativa é possível perceber as diferentes vozes que permeiam a voz do sujeito, conforme Ferreira e Araújo (2012, p. 204). “Quando uma pessoa relata os fatos vividos por ela mesma, percebe-se que reconstrói a trajetória percorrida dando-lhe novos significados. Assim, a narrativa não é a verdade literal dos fatos,

---

22 A pedagogia queer nasce do esforço teórico de pesquisadores da área da Educação para pensar em novas estratégias que não sejam normativas. A pesquisadora Guacira Louro tem sido no Brasil a principal articuladora neste sentido.

mas, antes, é a representação que faz o sujeito e, dessa forma pode ser transformadora da própria realidade”, (CUNHA, 1997, p. 187, apud FERREIRA; ARÚJO, 2012, p. 204).

No Brasil, somente em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) possibilitou às pessoas transgêneras a alteração do nome de registro civil, sem a necessidade da comprovação de que tenham feito a cirurgia de transgenitalização e sem decisão judicial ou de laudos médicos/psicológicos autorizando o ato. Esse nos parece um grande avanço, já que a ordem do discurso biomédica, responsável por patologizar os corpos trans ao longo da história, deixa de ser tomada como condição para autorizar a autoidentificação legal destes corpos nas práticas sociais brasileiras. Contudo, a legitimação dos direitos ainda permanece em estado de reconhecimento e valorização frente à permanência de estudantes transgêneros nas instituições de ensino.

## 5 NARRATIVAS SOBRE O OLHAR DE UMA PROFESSORA TRANSEXUAL

Para que o olhar desta professora transexual fosse amparado pelos rigores científicos, foram criadas categorias de análise através da revisão bibliográfica e das narrativas e observações durante trajetória profissional, que pudessem discutir conceitos entrelaçados a gêneros, sexualidades e sexos, denotando inclusive as narrativas de estudantes transgêneros sob os rigores da minha própria perspectiva científica profissional como orientadora educacional. Assim, também foram considerados os seguintes aspectos: aparência e comportamento, além de discussões sobre masculinidades e feminilidades na tentativa de apresentar os vários jeitos de ser mulher e de ser homem, tomando como partida as lições que foram disponibilizadas no currículo estudado. Assim, os esforços apresentam os marcadores sociais quanto às expectativas de gêneros no corpo, desaguando em possíveis mudanças que lidam diretamente com adequações para com o gênero.

Para que possamos contextualizar a perspectiva em relação ao surgimento do estudo da transexualidade, recorreremos a Bento (2006), o qual relatou que, em 1910, o sexólogo Magnus Hirschfeld utilizou pela primeira vez o termo “transexualpsíquico” para se referir a travestis fetichistas (Castel, 2001, apud Bento, 2006), voltando a ser utilizado em 1949, quando Cauldwell publicou um estudo de caso de um transexual masculino, esboçando algumas características que viriam a ser consideradas dos/as transexuais. No ano seguinte, começaram a surgir publicações que defenderam a especificidade do fenômeno transexual podendo essas reflexões terem sido o início da construção do "dispositivo da transexualidade" (BENTO, 2006).

Desde 1993 até meados de 2018, pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10), as pessoas transexuais eram tidas como portadoras de um Transtorno de Identidade Sexual (OMS, 1993). Em 1994, com a publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM4), o termo *transexualismo*, utilizado até então, foi substituído por Transtorno de Identidade de Gênero e, em 2014, essa nomenclatura deu lugar ao termo Disforia de Gênero (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2015). Todos eles encaravam a transexualidade como uma patologia, mas esses documentos não devem ser vistos como guardiões de uma verdade absoluta, pois, por exemplo, a homossexualidade, por décadas foi vista como uma doença ou perversão, em 1993 deixou de integrar a Classificação Internacional de Doenças, passando a integrar mais uma expressão da sexualidade.

... retirada do Transtorno de Identidade de Gênero (TIG) do DSM-V e do CID-11; 2) retirada da menção de sexo dos documentos oficiais; 3) abolição dos tratamentos de normalização binária para pessoas intersexo; 4) livre acesso aos tratamentos hormonais e às cirurgias (sem a tutela psiquiátrica); e 5) luta contra a transfobia, propiciando a educação e a inserção social e laboral das pessoas transexuais. (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 573)

Dessa maneira, o universo trans ou transgênero compreende a existência de sujeitos que desafiam a lógica da heterossexualidade compulsória e transgridam o binarismo de gênero, ou seja, apresentam identidades LGBTQIA+<sup>23</sup>. Esse conceito pode ser problematizado se pensarmos na lesbianidade, não só uma orientação sexual, mas também outros elementos de identificação e performances de gênero, já que a lesbianidade representa, antes de tudo, um ato político de resistência feminina. Pessoas que se identificam do gênero masculino que sentem atração pelo mesmo gênero, estando relacionado com a orientação sexual. O conceito pode ser problematizado se pensar na experiência gay como um modo de vida e uma expressão de identidade. Atração emocional, afetiva ou sexual por pessoas dos dois gêneros. O conceito pode ser problematizado se pensar na experiência bissexual como um modo de vida e uma expressão de identidade. Nesse sentido:

[...] o conceito comum de transgeneridade é o de uma condição possível de indivíduos assumirem uma identidade de gênero, masculina ou feminina, diferente daquela que concorda com suas características biológicas, identidade essa designada por ocasião do seu nascimento. Em outros termos, acontece a transgeneridade quando a identidade de gênero, que as pessoas sentem ter, discorda do que aparenta sua conformação biológica, como meninos ou meninas, realizada no momento do seu nascimento, parâmetro de atribuição de gênero, masculino ou feminino (MODESTO, 2013, p. 50).

A seguir, a primeira categoria de análise parece ter ensinado lições necessárias à adequação em meio ao espaço social como tentativa de reconhecimento individual, mas também como validação aos seus próprios olhos acerca do que lhes foi ensinado sobre o que é ser homem e o que é ser mulher na visão destes estudantes. Um deles, autor de uma das narrativas descritas, estudante do 6º ano do Ensino Fundamental evidencia a temporalidade do termo *bullying*, que antes não contava com uma denominação específica, apesar de o

---

23 Adota-se a sigla LGBTQIA+ por acreditar que ela é, dentre as demais siglas existentes (LGBT, LGBTT, GLS, etc.), a mais inclusiva. O sinal de adição (+) será utilizado neste trabalho para sugerir outras formas de expressões e identidades de gênero e orientação sexual. Em algumas situações, outras siglas serão utilizadas para preservar o contexto na qual foi inserida ou a própria citação referenciada.

fenômeno ser constante no cotidiano escolar: “Acontecia muitos tipos de violência considerado como *bullying*, apelidos, uma certa diferenciação das pessoas no tratamento, pelo fato de eu ser trans, como referência a personagens de televisão que eram diferentes” (Aluno 1).

Enquanto aluna no período escolar do Fundamental, eu lembro tristemente de apelidos relacionados principalmente aos personagens da época televisionados em novelas e programas humorísticos. E-Esses apelidos e importunações não eram, nesse período histórico e temporal, denominados como *bullying*. Para que a violência seja assim considerada, não é necessária uma “ruptura de integridades: física, psicológica, sexual, moral” (SAFFIOTI, 2004), uma vez que considerar algo normal está no âmbito da normalização da violência ou em sua incorporação para a formação da identidade pela socialização. A violência de gênero passa a ser considerada, portanto, enquanto violência escolar e violência familiar, participa como violência simbólica e física, o que permite que a eficácia da supremacia masculina prevaleça devido à propagação dissimulada de violências calcadas nas hierarquias sexuais.

O pânico moral é a estratégia política utilizada para reorganizar as normas de gênero quando é percebido um excesso de desvio. Essa estratégia é inerente e necessária às normas para que se produzam as interdições dos atos performativos de gênero. Porém, o desvio só é tolerado quando a norma pode ser motivada para reincidir sobre o corpo desviado. A intolerância, em contrapartida, conduz à abjeção: “Associada ao diálogo e ao respeito, a tolerância parece insuspeita quando é mencionada nas políticas educativas oficiais ou nos currículos. Ela se liga, contudo, à condescendência, à permissão, à indulgência – atitudes que são exercidas quase sempre por aquele ou aquela que se percebe superior”, (LOURO, 2010, p.48).

A intolerância às práticas desviantes obtém, assim, seu efeito discursivo da patologização dos corpos e das identidades, principalmente na década de 1980, recorrendo à dicotomia saúde/doença para insinuar que modos de ser podem participar das representações sociais (BENTO, 2008). Conseqüentemente, a intolerância subordina os variados modos de subjetividade a um modo saudável de vida, à vida heterossexual, em oposição a um modo degenerado para aqueles que deslocam a heterossexualidade do centro de todo sentido social. Isso sustenta a argumentação de Louro (2000, p.55), segundo a qual “a sexualidade que entra na escola”.

Nós, profissionais da educação, temos que construir possibilidades para nossos estudantes sentirem-se pertencentes aos espaços escolares e acolhidos de acordo com a sua

orientação de gênero. Não podemos colocar uma verdade única sobre nossas práticas ou crenças. Em sala de aula, estamos na condição de adultos de referência, se reproduzimos nossa identidade em contraposição às manifestações religiosas, gêneros, socioeconômicas e orientações de nossos estudantes, o compromisso de Professor e a função social da profissão, não serão cumpridas. Nossa prática tem uma dinâmica formativa bastante séria para ser utilizada como recurso de contraposição a diversidade sexual. Ela não deve ser utilizada para ser espaço de piadas que oferecem descrédito às identidades transgêneros. Principalmente, porque enquanto parte de uma relação social, produz subjetividades. Se as subjetividades forem produzidas de maneira subversiva e longe das normas heterossexuais, o processo de autor reconhecimento desse público será permeado de contextos transfóbicos.

O aluno (2) veio encaminhado do CAPS, a queixa do encaminhamento foi justamente conflitos psicossociais que interpelam a não aceitação da sua orientação de gênero e *bullying* por parte do coletivo escolar. “G” é um menino transgênero se apresentou com sua mãe na tentativa da vaga para o Ensino Fundamental, cabisbaixo e com olhos entristecidos, ele relatou que o Sistema Estadual de Ensino estava causando muito desconforto e por este motivo estava com dificuldades para a permanência na escola. Percebe-se a modalização do relato de Aluno 1, por meio do emprego dos termos muitos tipos de violência. O primeiro intensifica o processo existencial (acontecia) acerca do elemento existente – o *bullying* – que é sinônimo de diferenciação das pessoas no tratamento. Isso mostra a grande frequência com que o participante era destacado da turma, seja pela sua negritude, orientação sexual ou ambas.

O aluno (3) é matriculado na rede municipal desde a infância e trouxe relatos de resistência com o sentir-se transgênero. Revelou os seus desafios no ambiente escolar e todo o desconforto com os sentimentos, durante do seu corpo biológico e sua orientação, afirmando ser gênero masculino neste caso. Utilizou o termo “nome morto” ao pronunciar seu nome de registro, com concentração máxima na corporeidade feminina para lutar contra a sua discordância de gênero e sexo. De acordo com o dossiê Antra (2018), muitos funcionários não estão preparados para lidar com a situação, seja por preconceito ou por não terem conhecimento sobre esse direito, o que resulta no não atendimento ou no encaminhamento para a judicialização do caso. Alguns ainda solicitam que sejam apresentados laudos médicos ou psicológicos, o que não faz parte do procedimento que foi regulamentado e é considerada uma prática abusiva. Diante da situação, a Antra em parceria com o Instituto Prios de Políticas Públicas e Direitos Humanos lançaram o projeto “Eu Existo”, a fim de garantir o direito à

alteração do registro, através das denúncias efetivas e relatos de travestis, mulheres transexuais e homens transexuais que têm tido dificuldades na realização do procedimento.

O aluno é matriculado no oitavo ano de Ensino Fundamental e enfrenta dificuldade com uso do nome social, por não dialogar com seus responsáveis nesta fase de transição e construção identitária deste novo corpo. As narrativas que compõem essas falas – da voz transexual, fabricado sob o olhar normalizador de uma sociedade que desconhece esses corpos e estas divergências e como efeito das enunciações e práticas educativas das instituições de controle social – carregam a marca da abjeção que se compila com as barreiras escolares de permanência e pertença escolar.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Convención Americana sobre Derechos Humanos) no plano internacional, o Pacto de San José da Costa Rica, da qual a República Federativa do Brasil é signatária, estabelece, em seu art. 18, que toda pessoa tem direito a um prenome e aos nomes de seus pais ou ao de um deles, devendo a lei regular a forma de assegurar a todos esse direito, mediante nomes fictícios, se for necessário. Esse pacto também reconhece a personalidade jurídica (art. 3º), a liberdade pessoal (art. 7º.1), a honra e a dignidade (art. 11.2) como direitos essenciais do homem. O direito ao nome, segundo Borges (2009), é considerado pela doutrina tradicional um dos mais importantes direitos da personalidade. Para a autora, o nome é o elemento identificador e individualizador da pessoa na sociedade, sendo formado pela conjunção entre o prenome 28, o nome patronímico 29 e, em alguns casos, o agnome 30, (BORGES, 2009).

O nome social é, aqui, entendido como elemento novo, diante de uma estrutura que entende gênero por meio de características fisiológicas e lhe sujeita ao processo legal baseado em normas cisgêneras<sup>24</sup>. Conforme Apontado por Bento (2011), esses corpos que a sociedade não reconhece pelas normas culturais estabelecidas não são pensados como sujeitos, sendo negado a eles a expressão de suas identidades pelo uso do nome nos espaços escolares. Cabe dizer ainda que o uso do nome social, é um direito recente de pessoas transexuais e travestis. Em 2015, uma resolução do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNDC/LGBT) estabeleceu parâmetros para acesso e permanência de pessoas trans em diferentes espaços sociais, entres ele o direito ao uso do nome social nas redes de ensino.

---

24 De acordo com Jesus (2012), cisgênero é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não transgênero.

Em 2017, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o uso do nome social nos registros escolares da Educação Básica no Brasil e, em 2018, foi homologado pelo MEC (CNE, 2017). A aprovação de atos normativos relacionados ao uso do nome social nos espaços escolares se mostra como ferramenta importante na garantia dos direitos da população trans e no combate ao preconceito a expulsão dessas pessoas da escola. A dificuldade em usar o nome social mostra a negação de um direito básico, de existir formalmente dentro de um espaço.

Segundo a ANTRA (2020), 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda e de subsistência, devido à baixa escolaridade provocada pelo processo constante de exclusão escolar e familiar vivenciado por essas pessoas desde muito cedo. Esses dados traduzem uma constatação de pessoas travestis e transexuais, no sentido de não conclusão de suas trajetórias escolares e de estarem mais expostas à marginalização e à violência da sociedade. As relações da travestilidade e da transexualidade com a prostituição também nos leva a refletir sobre a violação dos direitos das pessoas travestis e transexuais, tais como a ausência dessas no mercado de trabalho como resultado dos preconceitos vivenciados.

Nessa lógica, o dispositivo da sexualidade impõe modelos dados de existência corporal (homem e mulher), apresentando apenas duas opções nas quais os sujeitos devem se conformar (masculino e feminino) e uma única sexualidade legítima (heterossexualidade). Assim, não estar de acordo com as normas significa perder a representação nos quadros de legitimidade e de importância no/do espaço social (BUTLER, 2003). Essa abjeção se concretiza: na experiência dos corpos em transformação que já não são compatíveis com a certidão de nascimento e, tampouco, alcançaram a feminilidade ou masculinidade almejada; nas enunciações de si que misturam o gênero nos pronomes, tentando dar conta de um movimento de tornar-se aquele(a) que fala; nos efeitos da presença transexual nas relações sociais mediante as representações negativas que operam em regimes de verdade, como um discurso que a sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiro (FOUCAULT, 2004).

O que as narrativas e experiências desses estudantes mostram é que não há como controlar os efeitos que tais “verdades” produzem na sua subjetividade conflitos que afetam seus processos de identificação, principalmente quando isso os desaloja de determinada posição humana para outra hierarquicamente inferior. Os processos de construção do estigma estão associados às formas como alguns atributos dos indivíduos passam a ser considerados socialmente desqualificantes ou indesejáveis. A desqualificação é, em geral, fabricada a partir

dos deslizamentos que se dão em relação aos modelos pré-estabelecidos, como “desvios” das normas que visam manter em operação padrões sociais hegemônicos e conter a diferença. Frequentemente, isso acomete esses sujeitos, cujas vidas são alvo de estranhamentos.

Por limitações do trabalho científico, as vivências trans femininas não estão relatadas em pesquisa e somente há considerações autobiográficas da pesquisadora, apesar de outras participantes terem relatado acerca da (também) exclusão desses corpos do espaço escolar. Os pares das relações psicossociais de mesma idade às pessoas transgêneros são corresponsáveis, na maioria das vezes, por uma espécie de *bullying* heterossexista<sup>25</sup> estruturado e persistente na incompreensão, configurando-se como outro fator aponta o despreparo das instituições escolares para trabalhar com a questão, além de sugerir as falhas do sistema pedagógico aliado à desinformação não somente decorrente de descontinuidades formativas, mas também de questões de gênero.

Um bom exemplo prático das vivências cotidianas é o reconhecimento do nome social, que representa uma barreira quebrada nas estruturas rígidas de poder, uma vez que é a forma principal de produção da subjetividade na experiência contemporânea da transexualidade. De acordo com César (2009, p. 12), os artefatos escolares como as listas de chamada, os exames e até mesmo uma simples abordagem em sala de aula fazem uso dos nomes, os quais estão demarcados no interior das regras normativas do sistema corpo-sexo-gênero.

As pessoas transgêneros e as travestis são destituídas da autonomia sobre seus próprios corpos e identidades, considerando, muitas vezes, que não possuem sequer a possibilidade de narrarem a si mesmas, muitas vezes pela incompreensão de manifestar sua orientação livre de julgamentos. Tal elucidação representa que os estudos sobre comportamento informacional desse público são imprescindíveis para o desenvolvimento de competências em informação, uma vez que se observa que é através do reconhecimento de uma necessidade de informação, da verificação das pesquisas, das motivações para iniciar o processo de busca e da averiguação das variáveis intervenientes, que se torna possível criar ações para o desenvolvimento e aprimoramento de competências em informação voltadas para a construção de conhecimento, inclusão e emancipação social dessa população, para que permanecem estudando e seguindo sua vida acadêmica.

Entretanto, é importante reconhecer as especificidades sofridas pelos sujeitos transgêneros diante da estrutura social que vivemos, dentro do viés ocidental. Como diz

---

25 O heterossexismo pode ser compreendido como um sistema ideológico que nega e estigmatiza qualquer forma não heterossexual de comportamento, identidade, relacionamento ou comunidade (Herek, 1992).

Preciado (2013), é fundamental defender o direito das crianças trans em serem livres, autônomas e, principalmente, crianças. A materialização dos gêneros impõe limites às identidades e corpos que não podem ser atravessados sem serem punidos pelos instrumentos do biopoder ou da necropolítica.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como professora transexual, vivenciei na pele muito das narrativas descritivas pesquisadas e dialogadas por todas as autoras e autores que este trabalho buscou no seu percurso bibliográfico e nos apontamentos que dificultam a permanência de estudantes transgêneros nos espaços escolares. Durante a realização do mestrado, cujo estudo é resultado, percebi que toda minha história como primeira professora transexual a ingressar na Rede Municipal da Prefeitura de Santos, SP, precisava ser registrada e marcada na história. Todas as dificuldades de permanência e resistência dentro de um sistema binário e normativo foi educativo para ambas as partes e de uma forma educativa mostrei com meu trabalho e expertise na área da Educação a minha transgeneridade era um fator irrelevante diante da minha trajetória e capacidade técnica profissional, assim como qualquer profissional que não deve ser visto pelo gesto ou orientação sexual em suas aptidões e sim acolhido dentro de um grupo multifloral como compostos do arquétipo do Brasil.

No esforço para oportunizar discussões sobre o desenvolvimento de uma criança e adolescente transgênero e as dificuldades de permanência escolar, a revisão bibliográfica e a minha experiência de vida como pesquisadora apontam a necessidade de fomento aos estudos que possam colaborar em converter quadros de vulnerabilidades, auxiliar em proteção, acolhimento e apoio às identidades transgêneros que estão pela escola. Sabemos que será difícil o desvencilhar de crenças para entender melhor como essas diferenças estão acontecendo na escola, mas esperamos ter conduzido a reflexão no sentido de entender que identidades transgêneros convivem com um universo escolar e simbólico, envolvendo as barreiras descritas nesta pesquisa. Esses pontos são determinantes de possíveis riscos e atos que as tornam vulneráveis no decorrer na vida escolar.

Desse modo, nossa problematização caminha em direção à referência que possibilite condições de acolhimento para estudantes transgêneros e, sobretudo, contribua para a diminuição de quadros de desistência, abandono e evasão escolares. cremos e entendemos que é conferido ao profissional da educação, significativa contribuição nesse processo, pois é responsável por mudanças e por promover um pensar possível enquanto categoria de transformação de pessoas e subversão de normas sociais impostas por anos em nossa sociedade.

A área de pensamento sobre gênero e orientação sexual supõe diálogos com muitas disciplinas e a pedagogia Queer faz com maestria, trazendo uma reflexão a partir de pesquisas

das diversas áreas: história, sociologia, política, antropologia, estudos de gênero, psicologia e biologia médica. Dialoga, dessa forma, com várias vertentes sobre os estudos de gênero e seus impactos nas relações entre os pares em idade escolar que sofrem em permanecer na continuidade dos seus estudos. A pesquisa de muitas autoras e pesquisadores da teoria e da pedagogia Queer trazem com êxito a articulação da teoria de Michel Foucault e de Berenice Bento e de outras, tornando-se imprescindível para quem busca compreender as desigualdades de gênero na sociedade brasileira.

Assim, conclui-se com base nas pesquisas estudadas e nas narrativas de uma pesquisadora e professora transexual, pioneira, enquanto professora e gestora do município que atua em Santos no litoral de São Paulo, a importante busca pela visibilidade de estudos da questão da mulher transexual enquanto aluna e professora na sociedade para a superação da leitura da família patriarcal, fazendo-se uma nova acepção às imposições heteronormativas. Desse modo, apresenta-se a partir da questão de gênero uma importante reflexão sobre as bases do autoritarismo de gênero e os limites da incompreensão e intolerância de gênero no Brasil. Como palavras finais, pode-se afirmar que este estudo se inscreve como significativo projeto para a permanência de estudantes transgênero nos espaços educativos, como lhes são de direito, uma vez que a presença dessas pessoas nesse espaço é capaz de promover mais diálogos inclusivos, atualizando a perspectiva do mundo atual, sobretudo do ponto de vista da realidade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Paula Daniella de; ARAÚJO, Ednaldo Cavalcante de; VASCONCELOS, Eliane Maria Ribeiro de. Representações sociais de mulheres transexuais sobre o HIV/Aids / Social representations of transsexual women on HIV/Aids. **Revista Enferm**, UFPE, mar. 2018.

ABRUCIO, F.L. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocráticos: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER PEREIRA, L.C, SPINK, P. (Orgs.) **Reforma do estado e administração pública**. São Paulo: FGV, 1999.

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ALVES, A. R. C. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. São Paulo: Lua Nova, 2010.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-52014. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Porto Alegre: Artmed, 2015.

ANDRADE, L. N.. **Travestis na escola: assujeitamento-o e resistência à ordem normativa 2012**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará/ Programa de Educação, Fortaleza, 2012.

ANTRA [Associação Nacional de Travestis e Transexuais]. Nota da antra sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans. Brasil. 2020. Disponível em: <https://link.ufms.br/okbHW>. Acesso em: 09 set. 2023.

ANTRA. **Mapa de assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Brasília: ANTRA, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relate3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

APPLE, M. W. Currículo e poder. **Educação e Revista**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 44-57, jul.1989.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e Currículo**. Trad. Vinicius Figueira. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: às experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. *Revista Debates*. Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan./abr. 2012.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília: ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 2023.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006

\_\_\_\_\_. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, maio-ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>

\_\_\_\_\_. **O que é Transexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. **Transviad@s gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero: organização do gênero: organização do gênero: a politização da politização das identidades abjetas**. *Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 569, 2012.

BORGES, R. C. B. **Direitos de personalidade e autonomia privada**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. **A construção social da memória: uma perspectiva históricocultural**. Ijuí: Unijuí, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União 2013.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos pagu**, p. 249-274, 2014. Disponível em: <https://link.ufms.br/C4LYC>. Acesso em: 09 set. 2003.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

CARAVACA-MOREIRA, Jaime Alonso. **Histórias de vida e representações sociais do sexo, corpo, gênero e sexualidade entre pessoas transexuais do Brasil**. 2016. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Canadá e Costa Rica, 2016.

CHAUÍ, M. Democracia: Criação de direitos. *Síntese: Revista de Filosofia* 2018; 45(143): 409-422.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.955/2010, de 3 de setembro de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1652/02. Diário Oficial da União: Poder Executivo, Brasília, Seção I, p. 109-10, 3 set. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.652/2002 de dez. 2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.482/97. Diário Oficial da União: Poder Executivo, Brasília, n. 232, Seção 1, p.80-81, 2 dez. 2002.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.652/2002, de 19 de set. de 2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.482/97. Diário Oficial da União: Poder Executivo, Brasília, p. 20-944, 19 set. 2002.

CASD (Convencion Americana Sobre Derechos Humanos. **Pacto De San José De Costa Rica (22 nov. 1969)**). Disponível em: <https://transparenciaurapan.gov.mx/>. Acesso em: 25 set. 2023.

CRUZ, Elizabete Franco. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 73-90, jun. 2011. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2011000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100007). Acesso em: 27 fev. 2014.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Pais conscientes, educadores capacitados: educação sexual para crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v.20, n.1, p.164-175, 2009.

FELIPE, J.; BELLO, A. T. Construção de comportamentos homofóbicos no cotidiano da educação infantil. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília, DF: MEC, 2009.

FERNANDES, Elisângela. Rogério Junqueira fala sobre a formação e a presença de professores com deficiência nas escolas brasileiras. **Revista Nova Escola**. Acesso em: 26 mar. 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/706/rogerio-junqueira-fala-sobre-a-formacao-e-a-presenca-de-professores-com-deficiencia-nas-escolas-brasileiras>

FONSECA, Tania Mara Galli et al. Microfascismos em nós: práticas de exceção no contemporâneo. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 31-45, jan. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. Motta, Manoel de Barros (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Petrópolis. Editora Vozes. 2009

FRANCO, N. A Educação Física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros. **Motrivivência**. V. 28, n. 47, p. 47-66, maio 2014.

FRANZ, A. M. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2004

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GIROUX, H. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GLIER, D. Steffen; L.; BARCELOS, T.; PIMENTEL, V. "Apagão de dados das pessoas trans no ensino superior" no Rio. Grande do Sul. Extra Classe, 2022. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2022/04/o-apagao-de-dados-das-pessoas-trans-no-ensino-superior/>

GÓMEZ, A. I. P. As Funções Sociais da Escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In JESUS, J. G.; ALVES, H.. **Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais**. Cronos. Natal, v. 11, p. 8-19, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)**. Tese. Universidade de Brasília/ Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Brasília, 2010.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: EDA/FBN, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009

LDB. Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional nº 9.394 (1996), no Art. 2,º. Senado. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.html)

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública. A pedagogia crítico social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2006.

LOPES, Rosilene Beatriz. **Rostos da Violência: percursos escolares de alunos reincidentes na prática de violência escolar**. 2013. Tese (doutorado). Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF, 2013.

LOURO, G. L.. A construção escolar das diferenças. In: L,G.L.A. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, p. 59-75, jul./dez 2000.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. Teoria Queer – uma política identitária para educação. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 2001.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. RJ: Vozes, 2003.

LOURO, Ana Lúcia. Comentário sobre mercado de trabalho e docentes universitários/professores de instrumento: influências e abertura para o diálogo. **Revista da Abem**, Porto Alegre, n. 8, p.101-106, 2003.

MACHADO, Conceição de Maria de Abreu Ferreira. **Registros públicos e transidentidade - perspectivas do terceiro gênero**. 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**, v. 24, p.249-281, 2005.

MACHADO, N. Z. S.; GODOY, E. V. Olhar sobre o currículo oculto a partir do ponto de vista de uma professora de Matemática. **Revista Paranaense de Educação Matemática**, v.8, n.17, p.178-200, jul./dez. 2019.

MODESTO, E. Transgeneridade: um complexo desafio. **Via Atlântica**. São Paulo, n. 24, p. 49-65, dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/57215>. Acesso em: 13 set. 2022.

MOREIRA, M. A. MASINI, Elcie F. S. **A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.

MOREIRA, A. F. B. **Currículo: questões atuais**. São Paulo: Papirus, 1997.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (orgs.). Sociologia e teoria crítica do currículo. In: \_\_\_\_\_. (orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2001.

MORENO, J. C.. Psicodrama. São Paulo: Cultrix, 1975.

\_\_\_\_\_. Psicoterapia de grupo psicodrama. Campinas, SP: Livro Pleno, 1999.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000.

NERY, João W. **Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois**. Rio de Janeiro: Leya, 2019.

Nery J. W; Gaspodri I. B.. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. In: Souza RM. **Coletânea Diversa Diversidades**. Niterói: UFF/Cead, 2015.

OMS. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde. **CID 10**, 1993.

ONU. **Livres & Iguais**. Nações Unidas, 2013. Disponível em: <https://www.unfe.org/pt-pt/about/>. Acesso em: 12.ago.2023.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos 217(A III), 10 dez.** 1948. Paris, 1948.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PAMPLONA, R. C.. **Os onze sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana**. São Paulo: Editora Gente, 1994.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PELÚCIO, L.. Gozos ilegítimos: tesão, erotismo e culpa na relação sexual entre clientes e travestis que se prostituem. In: BENITEZ, María Elvira; FIGARI, Carlos. (orgs.) **Prazeres dissidentes**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

PELÚCIO, L.. Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, 2007.

PEREIRA, Thamires Oliveira. **O histórico de violência e o avanço das políticas carcerárias para a comunidade transgênero feminina do Rio de Janeiro: o direito fundamental à humanização das penas**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) - Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PINTO, Flávia Virgínia Melo. **Transformando normas e padrões: as práticas informacionais de pessoas trans na “reinvenção do corpo”**, 2020. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais/ Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2020.

PITA, A. P.. **Um caminho, um olhar, um novo fazer: narrativas de professores após formação continuada sobre Educação Estatística Crítica**. Tese (doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista

“Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/202573>.

PRECIADO, B.; MARCONDES NOGUEIRA, F. F. Quem defende a criança queer?. **Jangada: Crítica | Literatura | Artes**, v. 1, n. 1, p. 96–99, 2018. Disponível em: <https://www.revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/17>. Acesso em: 20.out.2023.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Beatriz. The pharmaco-pornographic regime: sex, gender and subjectivity in the age of punk capitalismo. In: STRYKER, Susan e AIZURA, Aren (Orgs.). In: **The transgender studies reader 2**. New York, NY: Routledge, 2017.

\_\_\_\_\_. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

REIDEL, Marina. Ser trans e as interlocuções com a educação. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). **(In)Visibilidade Trans 2**. História Agora: São Paulo, v.16, n. 2, p. 58-65, 2013.

RESENDE, Livia da Silva. **Homofobia e violência contra população LGBT no Brasil: uma revisão narrativa**. 2016. Monografia (Bacharelado em Saúde Coletiva). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIOS, R. R. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e nos contextos dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

RODRIGUES, Anderson Lins. **Subjetividades em trama, corpos em transe: os mo(vi)mentos de identificação de sujeitos transgêneros no entremeio dos sentidos de feminilidades e masculinidades**. 2021. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco/ Letras, Recife, 2021.

RODRIGUES, Alexsandro; RAMOS, Hugo Souza Garcia; SILVA, Ronan Barreto Rangel da. Gênero e sexualidade nas escolas: leituras que nos aproximam do campo dos direitos humanos, de alunos e professores. In: RODRIGUES, Alexsandro; BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa. (Orgs.). **Currículos, gêneros e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas**. Vitória: Edufes, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno; PEREZ, Angel Gomez. **Comprender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOMÉ, J.T. **O curriculum oculto**. Trad. Anabela Leal de Barros e António Bárbolo Alves. Porto: Porto Ed.1995.

SENA, Michel Canuto de Sena; SILVA, Graciele; SILVA, Ady Faria; BASTOS, Paulo Roberto Haidamus de Oliveira. Prática de bullying. \_\_\_\_\_ (orgs.). In: **Do bullying e do cyberbullying ao suicídio: conceitos e propostas de combate ao bullying, cyberbullying e suicídio em ambiente escolar**. Editora Expressão Feminista: São Luís do Maranhão, 2021.

SILVA, Luciano Marques. **Trajetórias de alunos transgêneros e alunas transgêneros na Educação de Jovens e Adultos do Município de Nova Iguaçu**. 2015. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ Instituto Multidisciplinar Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC), Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, C. G.; FREITAS, M. J. Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. **Módulo 3 – Sexualidade e Orientação Sexual**. Universidade Federal de São Paulo, 2016.

SILVA, G. W. S. **Existências dissidentes e apagamentos: fatores associados à ideia suicida em pessoas transgênero**. (Dissertação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Mestrado em Enfermagem - Centro de Ciências da Saúde, Natal, 2016.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: Uma introdução as teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Na página 13 é citado que o recorte foi feito de 2013 e 2021, mas não é **mencionado no resumo**.

## ANEXO

### REFLEXÃO SOBRE OS RELATOS EXTRAÍDOS EM CAMPO DE VIVÊNCIAS TRANSFÓBICAS

Crianças e adolescentes transgêneros, em especial as meninas, sofrem com a transfobia praticada pelos outros alunos no cotidiano escolar, por vezes longe dos olhos dos adultos. Esses relatos foram experiências dos anos de 2022 e 2023, na prática docente e no exercício de Orientação Educacional, os quais contribuíram para pesquisa. Transgredir as normas de gêneros torna-se uma condição que não se pode rebater para que essas crianças sejam alijadas dos círculos de amizade que se constituem nesse espaço, e os amigos são fundamentais para criar nesses momentos um sentimento de pertença social a um grupo específico. Sobre isso, convém registrar que esses relatos corroboram os apontamentos presentes nas referências utilizadas, o que é reiterado por meio das experiências registradas pelos dados apresentados nesta pesquisa.

Um dos participantes das narrativas descritas, aluno do 6º ano do Ensino Fundamental evidencia a temporalidade do termo bullying, que antes não contava com uma denominação específica, apesar de o fenômeno ser constante no cotidiano escolar: “Acontecia muitos tipos de violência considerado como bullying, apelidos, uma certa diferenciação das pessoas no tratamento, pelo fato de eu ser Trans, como referência a personagens de televisão que eram diferentes” (Aluno 1).

O aluno (2) veio encaminhado do CAPS, a queixa do encaminhamento foi justamente conflitos psicossociais que interpelam a não aceitação da sua orientação de gênero e bullying por parte do coletivo escolar. G, um menino transgênero, apresentou-se com sua mãe na tentativa de conseguir uma vaga para o Ensino Fundamental. Cabisbaixo e com olhos entristecidos, G relatou que o Sistema Estadual de Ensino, estava causando muito desconforto e por este motivo estava com dificuldades de permanência nas aulas.

Percebemos a modalização do relato de Aluno 1, por meio do emprego dos termos muitos tipos de violência. O primeiro intensifica o processo existencial (acontecia) acerca do elemento existente – o bullying – que é sinônimo de diferenciação das pessoas no tratamento. Isso mostra a grande frequência com que o participante era destacado da turma, seja pela sua negritude, seja pela sua orientação sexual, ou ainda por ambas.

O aluno (3) é matriculado na rede municipal desde a infância e traz relatos de uma resistência com o sentir-se transgênero e seus desafios no ambiente escolar e todo desconforto com os sentimentos durante do seu corpo biológico e sua orientação e afirmação com gênero masculino neste caso. O aluno relata e utiliza termo “nome morto” ao pronunciar seu nome de registro, relata que neste momento há uma concentração máxima na corporeidade feminina para lutar contra a sua discordância de gênero e sexo.

O aluno é matriculado no oitavo ano de Ensino Fundamental e enfrenta dificuldade com uso do nome social, por não dialogar com seus responsáveis nesta fase de transição e construção identitária deste novo corpo. Nas narrativas que compõem essas falas, da voz transexual, fabricadas sob o olhar normalizador de uma sociedade que desconhece esses corpos e enaltece as divergências, tem-se o efeito das enunciações e práticas educativas das instituições de controle social. Essas narrativas carregam a marca da abjeção que se compila com as barreiras escolares de permanência e pertença escolar.

Nessa lógica, o dispositivo da sexualidade impõe modelos dados de existência corporal (homem e mulher), apresentando apenas duas opções nas quais os sujeitos devem se conformar (masculino e feminino) e uma única sexualidade legítima (heterossexualidade). Assim, não estar de acordo com as normas significa perder a representação nos quadros de legitimidade e de importância no/do espaço social (BUTLER, 2003).

Esta abjeção se concretiza: na experiência dos corpos em transformação que já não são compatíveis com a certidão de nascimento e, tampouco, alcançaram a feminilidade ou masculinidade almejada; nas enunciações de si que misturam o gênero nos pronomes, tentando dar conta de um movimento de tornar-se aquele(a) que fala; e nos efeitos da presença transexual nas relações sociais mediante as representações negativas que operam em regimes de verdade, como um discurso que a sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiro (FOUCAULT, 2004).

As narrativas e experiências desses estudantes mostram que não há como controlar os efeitos que tais “verdades” produzem na sua subjetividade conflitos que afetam seus processos de identificação, principalmente quando isso os desaloja de determinada posição humana para outra hierarquicamente inferior. Os processos de construção do estigma estão associados às formas como alguns atributos dos indivíduos passam a ser considerados socialmente desqualificantes ou indesejáveis. A desqualificação é, em geral, fabricada a partir dos deslizamentos que se dão em relação aos modelos pré-estabelecidos, como “desvios” das normas que visam manter em operação padrões sociais hegemônicos e conter a diferença.

Frequentemente, esses sujeitos têm suas vidas vistas como alvo de estranhamentos. Por limitações do trabalho científico, as vivências trans femininas não estão relatadas nesta pesquisa e somente há considerações autobiográficas da pesquisadora, apesar de outras participantes terem relatado acerca da (também) exclusão destes corpos do espaço escolar.

Os pares das relações psicossociais de mesma idade às pessoas trans são corresponsáveis, na maioria das vezes, por uma espécie de terrorismo heterossexista estruturado e continuado, o que se configura como outro fator que aponta o despreparo das instituições escolares para trabalhar com a questão, sugestionando falhas no sistema pedagógico aliadas à desinformação não apenas de descontinuidades formativas, mas também de questões de gênero. Um bom exemplo prático das vivências cotidianas é o reconhecimento do nome social, que representa uma barreira quebrada nas estruturas rígidas de poder, pois, é a forma principal de produção da subjetividade na experiência contemporânea da transexualidade. De acordo com César (2009, p. 12), os artefatos escolares como as listas de chamada, os exames e até mesmo uma simples abordagem em sala de aula fazem uso dos nomes, os quais estão demarcados no interior das regras normativas do sistema corpo-sexo-gênero.

O banheiro e o nome social são discutidos nesses anexos como exemplos marcantes de desrespeito à permanência desses alunos e serão publicadas em artigo posterior à conclusão desta pesquisa. Finalmente, foram apontados alguns caminhos para solucionar o problema, apresentando guia para professores e gestores. Nesse contexto, os professores são humanizados, preocupados com a promoção da alteridade e possuidores de abordagens que combatam à transfobia.

## APÊNDICE I

### **Produto:**

Este manual é um fruto do Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental, da Universidade Metropolitana de Santos. O trabalho foi desenvolvido pela mestrande Paloma Paula Paulino Melo, sob orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mariangela Camba e co-orientação de Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Paula Gonçalves Pita. Trata-se de um guia para professores e profissionais da Educação com informações sobre estudantes transgêneros que referendam a dissertação de mestrado e trazem contribuições com base nas vivências de uma Orientadora Educacional e Professora. Mostra uma outra face das diversidades expressas nas vivências e atividades escolares que permeiam dúvidas entre os profissionais das instituições de ensino, além da prática educacional e da docência em educação, contribuindo enquanto formativas para combater o preconceito e a transfobia. Algumas informações são inéditas e outras já publicadas em diferentes órgãos de divulgação, como leis que garantem o uso do nome social. Dado o valor que este manual tem, pois ele inicia um diálogo sobre a permanência de estudantes transgêneros, sendo dignas de nota aquelas referentes ao pioneirismo em temas que precisam ser dialogados. Agradeço a edição do querido jornalista Lincoln que se uniu nesta jornada participando dessa conclusão. Por fim, resalto que o manual também contém links informativos.

### **Product:**

This manual is a result of the Professional Master's Degree in Teaching Practices in Elementary Education, from the Metropolitan University of Santos. The work was developed by master's student Paloma Paula Paulino Melo, under the guidance of Professor Mariangela Camba and co-supervision of Professor Ana Paula Gonçalves Pita. This is a guide for teachers and education professionals, with information about transgender students who endorse their master's thesis and provide contributions based on the experiences of an Educational Advisor and Teacher. It shows another side of the diversities expressed in school experiences and activities that permeate doubts among professionals at educational institutions, in addition to educational practice and teaching in education, contributing, as training issues, to combat prejudice and transphobia. Some pieces of information are new and others have already been published in different publication bodies, such as laws that guarantee the use of social names. This manual has profound value as it initiates a dialogue about the permanence of transgender students, referring to pioneering topics that need to be discussed and are worthy of note. I am grateful for the editing by the dear journalist Lincoln, who joined this journey, participating in this conclusion. Finally, I emphasize that the manual also contains informative links.

## APÊNDICE II

### PRODUTO COMPLETO

**GUIA PARA PROFESSORES**

***Respeito às  
identidades  
transgêneras  
nas escolas***

***Paloma Paula Paulino Melo  
2023***



M528g MELLO, Paloma

Guia para professores: Respeito as identidades transgêneras nas escolas. / Paloma, Melo. – Santos, 2023.  
28f.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dra Mariângela Camba  
Coorientador: Prof<sup>o</sup> Dra Ana Paula Gonçalves Pita

PTT1Material didático Instrucional (Mestrado Profissional),  
Universidade Metropolitana de Santos, Práticas Docentes no Ensino  
Fundamental, 2023.

1. Educação Básica. 2. Currículo Oculto.  
3. Gênero. 4. Permanência 5. Transgênero.  
I. Título.

CDD:370

Vanessa Laurentina Maia  
Crb8 71/97  
Bibliotecária Unimes





## ♥ PREFÁCIO

Este manual é um fruto do Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental, da Universidade Metropolitana de Santos. O trabalho foi desenvolvido pela mestranda Paloma Paula Paulino Melo, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariangela Camba e co-orientação de Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Paula Gonçalves Pita. Trata-se de um guia para professores e profissionais da Educação com informações sobre estudantes transgêneros que referendam a dissertação de mestrado e trazem contribuições com base nas vivências de uma Orientadora Educacional e Professora.

Mostra uma outra face das diversidades expressas nas vivências e atividades escolares que permeiam dúvidas entre os profissionais das instituições de ensino, além da prática educacional e da docência em educação, contribuindo enquanto formativas para combater o preconceito e a transfobia. Algumas informações são inéditas e outras já publicadas em diferentes órgãos de divulgação, como leis que garantem o uso do nome social.

Dado o valor que este manual tem, pois ele inicia um diálogo sobre a permanência de estudantes transgêneros, sendo dignas de nota aquelas referentes ao pioneirismo em temas que precisam ser dialogados. Agradeço a edição do querido jornalista Lincoln que se uniu nesta jornada participando dessa conclusão. Por fim, resalto que o manual também contém links informativos.



## ♥ INFÂNCIA

### **Charleston (Turma do Balão Mágico)**

*Composição de Edgar Poças e Emilio Aragón*

Mamãe, / os meus sapatinhos / como estão velhinhos / de tanto dançar.

Essa / dança que balança, / e qualquer criança / dança sem cansar.

Charleston, / Charleston, / só quem dança / sabe o que é bom.

Mamãe, / os meus sapatinhos / eram tão novinhos: / foi o Charleston.

Lá na praia, / lá na escola, / lá em casa na vitrola: / todo mundo ao som do Charleston.

Eu já sei / todos os passos. / Mexo as pernas, mãos e braços / mas estou sentindo frio nos pés.

Mamãe, / os meus sapatinhos / como estão velhinhos / de tanto dançar.

Essa / dança que balança, / e qualquer criança / dança sem cansar.

Charleston, / Charleston, / só quem dança / sabe o que é bom.



## ♥ ÍNDICE

Diversidade sexual .....	7
Identidade transgênera .....	8
Descoberta da identidade .....	9
Perguntas mais comuns .....	10
Estudantes transgêneros na sala de aula .....	14
Exemplos brasileiros .....	19
Pessoas transgêneras e seus desafios .....	21
Nome social .....	22
Direito nacional .....	23
Legislações de Santos .....	25
Legislação de São Vicente .....	30
Glossário .....	39
Referências .....	46





## DIVERSIDADE SEXUAL

Diversidade sexual refere-se à variedade de identidades, orientações e expressões de gênero presentes na sociedade. É a compreensão de que as pessoas têm diferentes formas de se identificar, se relacionar afetivamente e expressar sua identidade de gênero. É crucial distinguir entre identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero.

A identidade de gênero diz respeito à forma como uma pessoa se percebe, podendo ser masculina, feminina ou uma combinação dos dois. A orientação sexual refere-se ao padrão de atração afetiva e romântica, como ser heterossexual, homossexual, bissexual, entre outros. Já a expressão de gênero envolve como uma pessoa manifesta sua identidade por meio de características como vestimenta e comportamento.





## ♥ IDENTIDADE TRANSGÊNERA

Identidade transgênera refere-se à experiência de gênero em que a pessoa se identifica com um gênero diferente daquele atribuído ao seu nascimento. Por exemplo, alguém designado como menino ao nascer pode se identificar como uma menina.

Essa identidade é única para cada indivíduo e pode envolver mudanças na expressão de gênero, como nome e aparência. É importante compreender que a identidade transgênera faz parte da diversidade humana, e o respeito por essa diversidade é essencial.

Professores podem desempenhar um papel crucial ao criar ambientes escolares inclusivos, aceitando e apoiando cada aluno em sua jornada de identidade de gênero.



## ♥ DESCOBERTA DA IDENTIDADE

A ciência explica a identidade de gênero transgênero como uma interação complexa entre fatores biológicos, genéticos e ambientais. Estudos sugerem que características cerebrais podem desempenhar um papel na identidade de gênero, e algumas pessoas transgênero têm padrões cerebrais mais alinhados com o gênero com o qual se identificam. No entanto, ainda há muito a aprender sobre esses processos.

Fatores genéticos também podem influenciar a identidade de gênero, mas a expressão dessa identidade pode ser moldada por experiências sociais e culturais. É importante reconhecer que a identidade de gênero é única para cada pessoa, e não há uma única explicação para as experiências transgênero.

Uma pessoa transgênera pode passar por um processo de autoaceitação e descoberta de sua identidade, o que é parte normal do desenvolvimento. O apoio de familiares, amigos e educadores é vital nesse período; A ciência destaca a importância de ambientes inclusivos e respeitosos para o seu bem-estar emocional e mental, contribuindo para uma compreensão mais ampla e aceitação na sociedade.



## ♥ PERGUNTAS MAIS COMUNS

### **1. A identidade transgênera é uma condição médica?**

Não, a identidade transgênera não é uma condição médica. A Associação Americana de Psiquiatria e outras organizações médicas reconhecem a identidade transgênera como uma variação natural da expressão humana, não como uma doença.

**2. Quando as pessoas transgêneras geralmente percebem sua identidade?** Muitas pessoas transgêneras relatam que percebem sua identidade de gênero na infância ou adolescência. No entanto, o processo de compreensão e aceitação pode variar significativamente.

**3. Como posso apoiar um adolescente transgênero na escola?** Ofereça apoio emocional, respeite pronomes e identidade escolhida, e promova um ambiente educacional inclusivo. Professores podem desempenhar um papel crucial no fornecimento de suporte e na criação de ambientes seguros.



**4. A identidade transgênera é uma moda ou tendência?**

Não, a identidade transgênera não é uma moda. A diversidade de identidades de gênero é uma parte natural da experiência humana e tem sido reconhecida em várias culturas ao longo da história.

**5. Existe uma idade certa para uma pessoa transgênera começar a transição?**

Não há uma idade específica para começar a transição de gênero. Algumas pessoas escolhem fazê-lo em uma idade mais jovem, enquanto outras podem decidir mais tarde na vida. A decisão geralmente depende do conforto e da prontidão da pessoa.

**6. Como a identidade transgênera é tratada globalmente?**

A aceitação da identidade transgênera varia em todo o mundo. Alguns países têm leis e políticas progressistas, enquanto outros ainda enfrentam desafios significativos em termos de discriminação e falta de reconhecimento legal.

**7. A identidade transgênera está relacionada a problemas de saúde mental?**

Não, a identidade transgênera em si não está relacionada a problemas de saúde mental. No entanto, o estigma, a discriminação e o desconhecimento podem contribuir para altas taxas de problemas de saúde mental





entre pessoas transgêneras. O suporte social e o acesso a cuidados de saúde mental são essenciais.

**8. A identidade transgênera é uma escolha?** Não, a identidade transgênera não é uma escolha. A maioria das evidências sugere que a identidade de gênero tem raízes biológicas e é uma parte intrínseca da pessoa. Escolher viver autenticamente de acordo com essa identidade é uma decisão, mas a identidade em si não é uma escolha.

**9. Como fazer uso de pronomes a uma pessoa transgênero?**

Ao se referir a uma pessoa transgênero, é importante respeitar e usar os pronomes que a pessoa se identifica. Se você não tem certeza sobre os pronomes que uma pessoa trans prefere, a maneira mais educada de descobrir é perguntar diretamente. Por exemplo, você pode dizer: "Qual pronome você usa?" ou "Como devo me referir a você?".

**10. Como as escolas podem criar ambientes mais inclusivos para estudantes transgêneros?** Escolas podem promover a inclusão implementando políticas antidiscriminatórias, oferecendo treinamento de sensibilização, reconhecendo



pronomes preferidos e promovendo a educação sobre diversidade de gênero.

**11. A cirurgia de redesignação sexual é necessária para todas as pessoas transgêneras?** Não, a cirurgia de redesignação sexual não é necessária para todas as pessoas transgêneras. A decisão de realizar intervenções médicas, como cirurgia, é pessoal e varia de acordo com as necessidades e desejos individuais.

**12. Em estabelecimentos, uma pessoa transgênera pode utilizar quais banheiros?**

A questão do uso de banheiros por pessoas transgênero é muitas vezes debatida e pode variar de acordo com leis locais, normas de estabelecimentos e políticas específicas. Alguns estabelecimentos optam por oferecer banheiros de gênero neutro como uma forma de acolher todas as pessoas, independentemente da identidade de gênero. De todo modo, é crucial respeitar a identidade de gênero da pessoa. Isso significa permitir que ela use o banheiro que corresponde à sua identidade de gênero, contribuindo para um ambiente mais inclusivo e respeitoso.



## ♥ ESTUDANTES TRANSGÊNEROS NA SALA DE AULA

Ao lidar com estudantes transgêneros, os professores desempenham um papel vital na criação de um ambiente escolar seguro e acolhedor. Isso implica usar uma linguagem respeitosa, reconhecer e apoiar as identidades individuais e abster-se de perpetuar estereótipos de gênero. É fundamental compreender que a aceitação e o apoio dos educadores podem impactar positivamente o bem-estar emocional e acadêmico dos alunos transgêneros.

A sensibilidade é crucial ao discutir questões de identidade de gênero em sala de aula. Professores podem aprender sobre terminologia apropriada, como pronomes preferidos pelos alunos, e serem proativos na promoção da diversidade de gênero. Criar um ambiente de aprendizado inclusivo contribui não apenas para o sucesso educacional, mas também para o desenvolvimento social e emocional dos estudantes transgêneros.





Os educadores também devem estar cientes dos desafios que os alunos transgêneros podem enfrentar, como bullying, discriminação e falta de compreensão. Intervenções proativas e políticas escolares que promovam a igualdade de gênero e a aceitação são ferramentas essenciais para criar um ambiente educacional positivo para todos os estudantes.

Ao discutir identidade transgênera em sala de aula, é benéfico promover a empatia e o respeito mútuo. Isso inclui incentivar a abertura ao diálogo, esclarecendo dúvidas de maneira respeitosa e desafiando estereótipos prejudiciais. Os professores podem desempenhar um papel ativo no combate à discriminação de gênero, fornecendo informações precisas e promovendo uma cultura de aceitação e inclusão.

É vital que os educadores reconheçam e respeitem as identidades de gênero de seus alunos, independentemente de estas estarem alinhadas ou não com as expectativas tradicionais. O apoio emocional é fundamental para o bem-estar dos alunos transgêneros, e os professores podem desempenhar um papel crucial ao oferecer suporte, compreensão e um ambiente seguro para que expressem livremente quem são.





Incorporar temas relacionados à diversidade de gênero no currículo pode ser uma maneira eficaz de educar os alunos sobre a identidade transgênera, promovendo a compreensão desde cedo. Isso inclui materiais didáticos que abordam questões de gênero de maneira respeitosa e inclusiva. Além disso, a formação contínua dos professores sobre identidade de gênero e diversidade é essencial para mantê-los atualizados e capacitados.

Professores também podem desempenhar um papel importante ao agir como aliados dos estudantes transgêneros. Isso envolve o apoio ativo, a defesa de políticas escolares inclusivas e a criação de espaços seguros onde os alunos se sintam livres para serem autênticos. A conscientização entre o corpo docente é a base para criar uma cultura escolar que celebra a diversidade de gênero.

A integração de temas de diversidade de gênero nos programas de educação sexual é uma abordagem eficaz para garantir que os alunos compreendam a identidade transgênera de maneira adequada e inclusiva. Isso não apenas fornece informações precisas, mas também contribui





para a desconstrução de estereótipos prejudiciais e promove o respeito mútuo entre os estudantes.

Os professores também devem estar cientes da importância do respeito à privacidade e confidencialidade dos alunos transgêneros. Manter informações sobre a identidade de gênero de um aluno confidenciais, a menos que haja autorização expressa, é crucial para criar um ambiente de confiança e respeito mútuo.

Promover eventos e atividades que celebram a diversidade de gênero, como palestras, workshops ou campanhas educativas, é uma maneira eficaz de envolver toda a comunidade escolar na promoção da aceitação e inclusão. Isso ajuda a criar uma cultura escolar que valoriza a diversidade e respeita as diferentes identidades de gênero.

Ao abordar a identidade transgênera, é fundamental que os professores sejam modelos positivos de respeito e aceitação. Isso inclui corrigir comportamentos discriminatórios, fomentar uma cultura de igualdade e incentivar o diálogo aberto sobre questões de gênero na comunidade escolar.





Ações práticas e consistentes são cruciais para estabelecer uma norma de respeito à diversidade de gênero.

Os educadores podem buscar recursos adicionais, como workshops, materiais educativos e parcerias com organizações especializadas, para aprimorar sua compreensão sobre identidade transgênera. Essa busca constante por conhecimento contribui para a criação de ambientes mais inclusivos e informados.

Em resumo, compreender a identidade transgênera é fundamental para criar um ambiente escolar inclusivo. Professores desempenham um papel crucial ao promover respeito, compreensão e aceitação da diversidade de gênero entre os alunos. Ao integrar esses princípios na prática educacional diária, os educadores contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e respeitosa.





## EXEMPLOS BRASILEIROS

Infelizmente, no contexto brasileiro, ainda há um caminho a percorrer para que escolas em todo o país implementem medidas eficazes contra o bullying dirigido a pessoas transgêneras. Entretanto, alguns exemplos inspiradores mostram que progressos estão sendo feitos em direção a ambientes escolares mais inclusivos.

A Escola Estadual São Paulo Apóstolo, em São Paulo, implementou ações educativas sobre diversidade de gênero, promovendo palestras e debates para conscientizar os alunos sobre respeito e aceitação. O engajamento dos educadores, a criação de espaços seguros para diálogo e a inclusão de temas relacionados à diversidade de gênero no currículo têm sido práticas bem-sucedidas nessa instituição.

A Escola Municipal Raimundo Alves Torquato, em Fortaleza, é outro exemplo de esforços contra o bullying. A instituição investiu em capacitação para os professores, abordando temas de identidade de gênero e diversidade, enquanto



implementava políticas de inclusão que reconhecem o nome social de estudantes transgêneros.

O Projeto Dandara, desenvolvido em escolas públicas no Rio de Janeiro, foca em ações educativas para prevenir a discriminação de gênero. A iniciativa promove debates, palestras e capacitação para professores, construindo um ambiente escolar mais receptivo para todos os alunos.

A Escola Estadual Beatriz Rodrigues da Silva, em Minas Gerais, adotou práticas inclusivas, como a instalação de banheiros de gênero neutro e a promoção de campanhas educativas que abordam a diversidade de gênero. Essas medidas visam criar um ambiente mais acolhedor para estudantes transgêneros.

Esses exemplos ilustram que, embora o Brasil enfrente desafios significativos em relação à discriminação de gênero, há escolas comprometidas em criar ambientes educacionais mais respeitosos e inclusivos. Essas práticas bem-sucedidas destacam a importância da conscientização, da capacitação de educadores e da implementação de políticas que promovam a compreensão da diversidade de gênero.





## ♡ PESSOAS TRANSGÊNERAS E SEUS DESAFIOS

No Brasil, as pessoas transgêneras enfrentam uma série de desafios que refletem a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e medidas contra a discriminação de gênero. Por exemplo, estudos indicam que pessoas transgêneras enfrentam altas taxas de discriminação em ambientes de saúde, resultando em acesso limitado a cuidados adequados. Já na educação, dados apontam que estudantes transgêneros frequentemente enfrentam discriminação e bullying, afetando negativamente seu desempenho acadêmico e bem-estar emocional.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego entre pessoas trans é elevada, muitas vezes devido à discriminação e ao preconceito. A inclusão no mercado de trabalho é dificultada pela falta de políticas específicas e pela necessidade de maior conscientização entre empregadores. Por sua vez, a violência contra pessoas transgêneras é uma preocupação grave. O Brasil é um dos países com maiores taxas de homicídios de pessoas trans no mundo. Relatórios indicam que a expectativa de vida de uma pessoa trans no país é significativamente menor devido à violência sistemática enfrentada.





## ♡ NOME SOCIAL

O nome social é o termo utilizado para se referir ao nome pelo qual uma pessoa transgênera ou não binária escolhe ser chamada, diferente do nome que consta em seus documentos legais. Essa escolha é fundamental para que a pessoa seja reconhecida e respeitada de acordo com sua identidade de gênero.

O uso do nome social é uma prática inclusiva e respeitosa, contribuindo para criar ambientes mais acolhedores e promover o bem-estar emocional de indivíduos trans.

A legislação em diversos lugares reconhece e protege o direito ao uso do nome social, garantindo que as pessoas possam ser identificadas de acordo com sua autopercepção de gênero. Esse reconhecimento é um passo importante na promoção da diversidade e no combate à discriminação de gênero.



## DIREITO NACIONAL

No Brasil, adquirir o direito ao nome social é um processo assegurado por legislação específica. A Resolução nº 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) permite que pessoas trans e travestis possam solicitar a inclusão de seu nome social em documentos não oficiais, como crachás e registros internos de instituições públicas.

Além disso, o Decreto nº 8.727/2016 estabelece a obrigatoriedade do uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal. Já a Resolução Normativa nº 3/2018 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) garante o direito ao uso do nome social nos cartões de identificação de beneficiários de planos de saúde.



É importante mencionar que em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, por meio do Recurso Extraordinário nº 845.779, o direito ao uso do nome social e à autodeterminação de gênero, permitindo a alteração do nome e gênero nos documentos de identificação sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual.

Na cidade de Santos, o direito ao tratamento pelo nome social dentro dos órgãos públicos é decretado pela lei complementar 873/15 desde janeiro de 2015. Nos primeiros 11 meses, a iniciativa foi responsável pela queda em 80% nas reclamações à Comissão da Diversidade Sexual, segundo dados municipais. Já em setembro de 2022, houve a inclusão do recurso nas fichas e formulários de atendimento ao usuário dos serviços prestados pelas entidades públicas.



## ♥ LEGISLAÇÕES DE SANTOS

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 873** **DE 05 DE JANEIRO DE 2015**

***DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO NOMINAL DAS PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**PAULO ALEXANDRE BARBOSA**, Prefeito Municipal de Santos, faço saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão realizada em 1º de dezembro de 2014 e eu sanciono e promulgo a seguinte:

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 873**

**Art. 1º** Fica assegurado às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Santos.



**Art. 2º** A pessoa interessada indicará, no momento do preenchimento do cadastro ou ao se apresentar para o atendimento, o prenome que corresponda à forma pela qual se reconheça, é identificada, reconhecida e denominada por sua comunidade e em sua inserção social.

**§ 1º** Os servidores públicos municipais deverão tratar a pessoa pelo prenome indicado, que constará dos atos escritos.

**§ 2º** O prenome anotado no registro civil deve ser utilizado apenas para uso interno da Administração, acompanhado do nome social do interessado, vedado o uso de expressões pejorativas.

**§ 3º** O prenome anotado no registro civil também deve ser utilizado para os atos que ensejarão a emissão de documentos oficiais, acompanhado do nome social escolhido pelo interessado.

**Art. 3º** Os órgãos da Administração direta e as entidades da Administração indireta capacitarão seus serviços para o cumprimento desta lei complementar.

**Art. 4º** O descumprimento do disposto nos artigos 1º e 2º desta lei complementar por servidor público municipal constitui infração funcional, sujeita à apuração de





responsabilidade administrativa e passível de sanção, nos termos da legislação pertinente.

**Art. 5º** Compete à Secretaria Municipal de Defesa da Cidadania, em parceria com as demais Secretarias e com as entidades da Administração indireta, promover ampla divulgação desta lei complementar, para esclarecimento sobre os direitos e deveres nela assegurados.

**Art. 6º** Esta lei complementar entra em vigor 30 (trinta) dias após a data da publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 05 de janeiro de 2015.

**PAULO ALEXANDRE BARBOSA**

*Prefeito Municipal*



**DECRETO Nº 9.800, DE**  
**13 DE SETEMBRO DE 2022**

***DISPÕE SOBRE O REGISTRO DO NOME SOCIAL, DA IDENTIDADE DE GÊNERO E DA ORIENTAÇÃO SEXUAL NOS FORMULÁRIOS DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**ROGÉRIO SANTOS**, Prefeito Municipal de Santos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, **DECRETA**:

**Art. 1º** Os formulários de atendimento utilizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão prever campos para registro do nome social, da identidade de gênero e da orientação sexual do usuário do respectivo serviço.



**Art. 2º** A Secretaria Municipal da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos e a Secretaria Municipal de Gestão poderão expedir atos para instruir a execução deste decreto.

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 13 de setembro de

2022.

**ROGÉRIO SANTOS**

*Prefeito Municipal*





## ♥ LEGISLAÇÃO DE SÃO VICENTE

### **DECRETO Nº 6.211** **DE 29 DE JUNHO DE 2023**

***DISPÕE SOBRE O USO DO NOME SOCIAL E O RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DE TRAVESTIS, MULHERES TRANSEXUAIS E HOMENS TRANSEXUAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE.***

**KAYO AMADO**, Prefeito do Município de São Vicente, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que consta no Proc. nº 15850/22, **DECRETA**:

**Art. 1º** Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis, mulheres transexuais e homens transexuais em todos os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e nas autarquias, bem como nos serviços sociais autônomos instituídos pelo Município, concessionárias de serviços públicos municipais e pessoas jurídicas referidas no artigo 2º, inciso I, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que mantenham qualquer espécie de ajuste com a Administração Municipal.



**Art. 2º** Para os efeitos deste Decreto entende-se por:

I - nome social: aquele pelo qual travestis, mulheres transexuais e homens transexuais se reconhecem, bem como são identificados por sua comunidade e em seu meio social;

II - identidade de gênero: a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como esta se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo biológico.

**Art. 3º** As travestis, mulheres transexuais e homens transexuais que queiram ser chamados pelo nome social deverão manifestar essa vontade perante o órgão, entidade, instituição ou empresa, conforme referido no artigo 4º deste Decreto.

**§ 1º** É vedada a exigência de reconhecimento de firma, testemunhas ou de quaisquer outros requisitos que não a autodeclaração.

**§ 2º** No caso de servidores municipais, a utilização de nome social em registros e sistemas deve ser requerida por escrito ao setor responsável pelo cadastramento interno.





**Art. 4º** É dever de todos os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e das autarquias, bem como dos serviços sociais autônomos instituídos pelo Município, concessionárias de serviços públicos municipais e pessoas jurídicas referidas no artigo 2º, inciso I, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que mantenham qualquer espécie de ajuste com a Administração Municipal, adotar, utilizar e respeitar o nome social das travestis, mulheres transexuais e homens transexuais, nos termos deste Decreto.

**§ 1º** O uso do nome social deve ser amplamente respeitado, principalmente em:

I - fichas de cadastro, formulários, prontuários, petições, documentos de tramitação e requerimentos de qualquer natureza;

II - cadastros para ingresso e permanência nas pessoas jurídicas que se encontram obrigadas ao uso do nome social, conforme previsto no caput deste artigo;

III - comunicações internas de uso ou circulação coletiva, especialmente memorandos, escala de férias e holerites impressos;

IV - endereços de correios eletrônicos;

V - identificações funcionais de uso interno dos órgãos, entidades, instituições ou empresas;

VI - listas de ramais dos órgãos, entidades, instituições ou empresas;



VII - nomes de usuário(a) em sistemas de informática;

VIII - inscrições em eventos promovidos pelos órgãos, entidades, instituições ou empresas e expedição dos respectivos certificados.

**§ 2º** Fica vedado o uso do respectivo nome civil, o qual, quando necessário, deverá ser substituído pelo número do registro funcional ou matrícula de empregado, da cédula de identidade ou do registro nacional de estrangeiro.

**§ 3º** A identificação pelo registro civil da travesti, mulher transexual ou homem transexuais deve limitar-se aos sistemas internos de acesso restrito e informações sociais previstas na legislação trabalhista.

**§ 4º** Em casos absolutamente necessários de uso do nome constante do registro civil, este deverá ser escrito entre parênteses, garantindo-se destaque ao nome social.

**Art. 5º** É vedada a publicação, no Boletim Oficial do Município, de quaisquer procedimentos utilizando o nome civil de travestis, mulheres transexuais ou homens transexuais, desde que respeitado o disposto no caput do art. 3º deste Decreto.

**Parágrafo único.** Nos casos de publicação de procedimentos no Boletim Oficial do Município, o nome civil



da travesti, mulher transexual ou homem transexuais deve ser substituído por número de documento oficial (RG ou RNE), acompanhado do respectivo nome social.

**Art. 6º** Os sistemas internos dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e das autarquias, bem como dos serviços sociais autônomos instituídos pelo Município, deverão incorporar, quando atualizados, o campo "nome social".

**Parágrafo único.** Até que sejam estabelecidas as adequações de que trata o caput deste artigo, a anotação do nome social deve ser feita de acordo com o disposto no § 4º do artigo 4º deste Decreto.

**Art. 7º** Os agentes públicos e os empregados do setor privado vinculados, conforme o caso, aos órgãos, entidades, instituições ou empresas referidos no artigo 4º deste Decreto deverão respeitar a identidade de gênero das travestis, mulheres transexuais e homens transexuais e tratá-los(as) pelos nomes por eles(as) indicados, que constarão dos atos escritos.

**Art. 8º** Sem prejuízo de outras hipóteses previstas na legislação, as alterações de dados no Cadastro de Contribuintes Mobiliário serão realizadas diretamente pela Secretaria da Fazenda para inclusão ou exclusão do nome



social de travestis, mulheres transexuais e homens transexuais cadastrados(as) na condição de autônomos(as).

**§ 1º** A alteração a que se refere o caput deste artigo será feita mediante apresentação de requerimento do(a) interessado(a) diretamente na Secretaria da Fazenda, conforme modelo a ser aprovado por portaria do Titular dessa Pasta.

**§ 2º** O requerimento referido no § 1º deste artigo poderá ser apresentado por procurador munido de procuração com poderes específicos.

**Art. 9º** O Serviço Funerário do Município de São Vicente, no âmbito dos cemitérios públicos municipais a ele vinculados, bem como os cemitérios particulares localizados no território do Município, deverão garantir, em todos os seus registros, o uso do nome social de travestis, mulheres transexuais e homens transexuais que, quando falecidos(as), venham a ser sepultados(as) nessas necrópoles, inclusive em suas respectivas lápides, mediante a apresentação de simples requerimento por qualquer membro da família da pessoa falecida.

**Art. 10.** Todas as unidades dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e das autarquias, bem como os serviços sociais autônomos instituídos pelo Município, as concessionárias de serviços públicos municipais



e pessoas jurídicas referidas no artigo 2º, inciso I, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que mantenham qualquer espécie de ajuste com a Administração Municipal deverão afixar, em local visível, placa contendo a seguinte mensagem: "AQUI RESPEITAMOS O SEU NOME SOCIAL", os órgãos da Administração Municipal Direta, as autarquias, fundações, empresas públicas e as sociedades de economia mista municipais, bem como as pessoas jurídicas de direito privado que especifica, devem respeitar e usar o nome social das travestis, das mulheres transexuais e dos homens transexuais.

**§ 1º** Fica facultado às pessoas jurídicas de direito privado não alcançadas por este Decreto aplicar suas disposições nos respectivos estabelecimentos, podendo inclusive afixar, em local visível, placa contendo a seguinte mensagem: "AQUI RESPEITAMOS O SEU NOME SOCIAL"

**§ 2º** As placas a que se referem o caput e o § 1º deste artigo deverão ser confeccionadas conforme padronização da Secretaria de Imprensa e Comunicação Social – SEICOM da Prefeitura Municipal de São Vicente.

**Art. 11.** Nos termos do artigo 3º da Lei Estadual nº 10.948, de 5 de novembro de 2001, são passíveis de punição o cidadão, inclusive os detentores de função pública, civil ou militar, e toda organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, localizadas no



território do Estado de São Paulo, que intentarem contra suas disposições, o que inclui o desrespeito ao uso do nome social de que trata este Decreto.

**Art. 12.** Aos servidores e empregados públicos vinculados aos órgãos da Administração Pública Municipal Direta, bem como às autarquias, que, no exercício de seus cargos, funções e empregos públicos, por ação ou omissão, deixarem de cumprir as disposições deste Decreto, poderão ser responsabilizados por descumprimento de dever funcional, sujeitando-se às penalidades previstas nos regamentos próprios que disciplinam seus vínculos funcionais ou empregatícios com os respectivos órgãos ou entidades, garantida a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, na forma da legislação vigente.

**Art. 13.** O Município deverá promover os direitos humanos, a autonomia financeira, a elevação de escolaridade, a qualificação profissional e a preparação para o mercado de trabalho das travestis, das mulheres transexuais e dos homens transexuais em situação de vulnerabilidade social, bem como a humanização dos serviços públicos prestados pelo Município a essas pessoas.

**Parágrafo único.** A Prefeitura, por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania - SEDHC, poderá prestar o apoio e a colaboração que se fizerem necessários à



realização de eventos e ações afirmativas relacionadas à temática de que trata o caput deste artigo.

**Art. 14.** As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 15.** Às disposições deste Decreto aplicam-se supletivamente os termos do Decreto Estadual nº 55.588/2010.

**Art. 16.** A Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania - SEDHC poderá editar, por Portaria de seu titular, normas complementares para execução deste Decreto.

**Art. 17.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Vicente, Cidade Monumento da História Pátria,  
Cellula Mater da Nacionalidade, em 29 de junho de 2023.

**KAYO AMADO**  
Prefeito Municipal



## ♥ GLOSSÁRIO

**Assexual:** Pessoa que não sente atração sexual por pessoas de qualquer gênero.

**Bissexual:** Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero. **Cirurgia de Redesignação Genital/sexual ou de Transgenitalização:** Procedimento cirúrgico por meio do qual se altera o órgão genital da pessoa para criar uma neovagina ou um neofalo. Preferível ao termo antiquado “mudança de sexo”. É importante, para quem se relaciona ou trata com pessoas transexuais, não enfatizar exageradamente o papel dessa cirurgia em sua vida ou no seu processo transexualizador, do qual ela é apenas uma etapa, que pode não ocorrer.

**Cisgênero:** Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.

**Crossdresser:** Pessoa que frequentemente se veste, usa acessórios e/ou se maquia diferentemente do que é socialmente estabelecido para o seu gênero, sem se identificar como travesti ou transexual. Geralmente são



homens heterossexuais, casados, que podem ou não ter o apoio de suas companheiras.

**Gênero:** Classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo.

**Expressão de gênero:** Forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive.

**Heteronormatividade:** conceito criado em 1991, por Michael Warner. Visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas possibilidades de locação quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho.

**Heterossexual:** Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero diferente daquele com o qual se identifica.

**Hermafrodita:** conceito em desuso para se referenciar a seres humanos. Era utilizado anteriormente para designar



peças intersexo, aquelas que nascem com genitália ambígua.

**Homossexual:** Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero igual àquele com o qual se identifica.

**Homem Transexual:** Pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem. Alguns também se denominam transhomens ou Female-to-Male (FtM).

**Hormonioterapia:** no caso das pessoas transexuais, está relacionado ao tratamento com hormônios que busca induzir o desenvolvimento de características sexuais secundárias compatíveis com a identidade de gênero da pessoa. De forma geral, a hormonioterapia deve ser continuada pela vida toda, sendo interrompida somente para a realização de cirurgias

**Hormonização:** ver Hormonioterapia. Indeterminação Genital: quando um bebê vem ao mundo com uma genitália que impossibilite uma designação de gênero.

**Identidade de gênero:** Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem.



Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero.

**Intersexo/Intersexual:** Pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários. A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas. O grupo composto por pessoas intersexuais tem-se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, à cirurgias ditas “reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais.

**LGBT:** Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Eventualmente algumas pessoas utilizam a sigla GLBT, ou mesmo LGBTTT, incluindo as pessoas transgênero/queer. No Chile é comum se utilizar TLGB, em



Portugal também se tem utilizado a sigla LGBTTTQI, incluindo pessoas queer e intersexuais. Nos Estados Unidos se encontram referências a LGBTTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuados).

**Mulher transexual:** Pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Algumas também se denominam transmulheres ou Male-to-Female (MtF).

**Nome Social:** Nome pelo qual as travestis e pessoas transexuais se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero.

**Orientação Sexual:** Atração afetivo-sexual por alguém. Sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero. Orgulho: Antônimo de vergonha. Conceito desenvolvido pelo movimento social LGBT para propagar a ideia de que a forma de ser de cada pessoa é uma dádiva que a aproxima de comunidades com características semelhantes às suas, e deve ser afirmada como diferença que não se altera, não deveria ser reprimida nem recriminada.

**Papel de Gênero:** Modo de agir em determinadas situações conforme o gênero atribuído, ensinado às pessoas desde o



nascimento. Construção de diferenças entre homens e mulheres. É de cunho social, e não biológico.

**Processo Transexualizador:** Processo pelo qual a pessoa transgênero passa, de forma geral, para que seu corpo adquira características físicas do gênero com o qual se identifica. Pode ou não incluir tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos variados (como mastectomia, para homens transexuais) e cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização.

**Queer, Andrógino ou Transgênero:** Termos ainda não consensuais com o qual se denomina a pessoa que não se enquadra em nenhuma identidade ou expressão de gênero.

**Sexo:** Classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais.

**Transexual:** Termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Evite utilizar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre se refira à pessoa como mulher



transexual ou como homem transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica.

**Transformista ou Drag Queen/Drag King:** Artista que se veste, de maneira estereotipada, conforme o gênero masculino ou feminino, para fins artísticos ou de entretenimento. A sua personagem não tem relação com sua identidade de gênero ou orientação sexual.

**Transgênero:** Conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.

**Travesti:** Pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não gênero. Referir-se a ela sempre no feminino, o artigo “a” é a forma respeitosa de tratamento.





## ♥ REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Nota técnica sobre acesso à saúde de crianças trans: do modelo transpatologizante ao cuidado transespecífico.** Rio de Janeiro: Antra, 2023. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/06/nota-tecnica-criancas-trans-antra.pdf>>.

BENEVIDES, Bruna G. **O que fazer em caso de violência LGBTifóbica.** Rio de Janeiro: Antra, 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-lgbtifobia.pdf>> BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade Sexual na Escola.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Disponível em: <<https://grupoentrelinhas.files.wordpress.com/2019/05/diversidade-sexual-na-escola-cartilha.pdf>>.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012



CHAUÍ, M. **Democracia: Criação de direitos**. Síntese: Revista de Filosofia 2018; 45(143): 409-422.

Hall, Stuart. **Quem precisa de Identidade?** In: SILVA, Tomas Tadeu da (org.0. Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais Petrópolis: Vozes 2007,p, 103 a133.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural e Diáspora**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, 1996, p.68-75.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Org. Liv Sovik; Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, ed. 01, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília, DF: 2012. Disponível em: <[https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989)>. Acesso em: 10 Out.

. 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Currículo Heteronormativo e**



**cotidiano escolar homofóbico.** Espaço do Currículo. João Pessoa, v.2, n.2, pp.208- 230, Set/Mar, 2010.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana.** Porto Alegre: Contrabando, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOPES LOURO, Guacira. **Teoria Queer – uma política identitária para educação.** In: Revista de Estudos Feministas, Florianópolis Ano 9. 2001.

NERY, João W. **Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois** – São Paulo: Leya, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 6. ed. Campinas: São Paulo: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PELÚCIO, Larissa. **Desfazendo Gênero.** In: Diferenças na educação: outros aprendizados. Org. Richard Miskolci, Jorge Leite Jr. EdUFSCar. São Carlos, 2014. Pg 97-146.



PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes; 1998.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

PRECIADO, Beatriz. **Historia de la tecnosexualidad**. In: PRECIADO, Beatriz. Yonqui: sexo, drogas y biopolítica. Buenos Aires: Paidós, 2014b.

PRECIADO, Beatriz. **Tecnogénero**. In: PRECIADO, Beatriz. Yonqui: sexo, drogas y biopolítica. Buenos Aires: Paidós, 2014c. p. 89-109.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **“Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política”**. Dissertação – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo. p. 103, 2015. Disponível em <<http://ppg.unifesp.br/filosofia/dissertacoes-defendidas-versaofinal/dissertacao-djamila-tais-ribeiro-dos-santos/view>>.

VIEIRA, Teresa R. **Processo judicial e a adequação do nome e do sexo do transexual**. In: TRANSEXUALIDADES – Um olhar multidisciplinar. Salvador. EDUFBA, 2014.

\_\_\_\_. **Currículo e Diferença**. In: PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). Pesquisas sobre Currículos e Culturas: temas, embates, problemas e possibilidades. Curitiba: Editora CRV, 2010. p. 15-29.



\_\_\_\_. **Manifesto contrassexual.** Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1edições, 2014.

\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

\_\_\_\_. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.



